



PROGRAMA
ALDIR
BLANC
BAHIA

RECÔNCAVO NEGRO

História, Personagens e Cultura



Manoel Passos Pereira

Manoel Passos Pereira

Recôncavo Negro

história, personagens e cultura



Copyright © 2021 by Manoel Passos Pereira

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida — em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. — nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados sem a expressa autorização do autor.

Texto fixado conforme as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
(Decreto Legislativo nº 54, de 1995)

Revisão: Dedé Ramos

Diagramação: Aciel Ashantis

Capa: Ideadesign

Fotos: Manoel Passos Pereira

1ª edição: 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pereira, Manoel Passos

Recôncavo negro [livro eletrônico] : história,
personagens e cultura / Manoel Passos Pereira.

-- Salvador, BA : Ed. do Autor, 2021.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-18444-0

1. Artigos - Coletâneas 2. Personagens - Recôncavo
(BA) - História 3. Recôncavo (BA) - Cultura
4. Recôncavo (BA) - História I. Título.

21-58588

CDD-981.422

Índices para catálogo sistemático:

1. Recôncavo : Bahia : História 981.422

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Ao povo do Recôncavo

“Mas eu não sou as coisas e me revolto.
Tenho palavras em mim buscando canal,
são roucas e duras,
irritadas, enérgicas,
comprimidas há tanto tempo, perderam o sentido,
apenas querem explodir.”

Carlos Drummond de Andrade (1902–1987). *Antologia Poética, Nosso tempo*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p 120.

Sumário

Prefácio	7
Introdução	10
André Rebouças, o empresário e o reformador social	13
Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte: tradição, cultura e turismo	27
Pedro Celestino da Silva, o historiador	50
Mateus Aleluia, a música e a cultura	55
Os caboclos do 25 de Junho e do 2 de julho	69
Cachoeira, território de libertação	76
Sobre o autor	88

Prefácio

R*ecôncavo Negro* é uma pequena coletânea literária de artigos produzidos pelo meu fraternal amigo Historiador Manoel Passos (Manuca), que nos conduz a um agradável passeio por um pedaço da Bahia, cheio de encantos, sedução e magia.

A leitura de cada um deles é capaz de revelar traços extremamente singulares de personagens, tradições, e costumes de um povo, que mistura na sua história, em curiosa sintonia, sofrimento, coragem, irreverência e arte.

Não me inquieta nenhuma dúvida, quanto ao papel ocupado pelo Recôncavo no plano da produção agrícola, pela fertilidade dos seus solos, a importância das culturas do fumo e do açúcar, o espírito empreendedor da sua gente, e o favoritismo conferido por sua posição geográfica no desempenho do papel de centro distribuidor de produtos, com visível expansão da atividade comercial, em período de grande prosperidade, graças aos canais de escoamento fluvial e marítimo fácil e relativamente barato, sobretudo nas primeiras décadas do século passado.

Nada, nem o sofrimento, expresso com notável lirismo pelo poeta Capinan, na canção “Yaya Massemba”, onde retrata as agruras de um

nada desprezível contingente de mão de obra escrava para aqui trazido de África, espalhando a sua descendência, conseguiu destruir-lhes o ânimo de enfrentar ao desafio com destemor e apreciável capacidade, mostrando-se capazes de resignificá-lo com muita fé. E eis assim, os versos que bem traduzem o estupro: “Quem me pariu foi o ventre de um navio, do ventre escuro de um porão... ouvindo o batuque das ondas, compasso de um coração de pássaro, no fundo do cativo, vou baixar no seu terreiro... Dor é o lugar mais fundo, é o umbigo do mundo, é o fundo do mar”... Uma viagem de angústia, padecimento e mortes.

As enormes adversidades enfrentadas por uma população predominantemente negra, arrastada para lá como força de trabalho escrava, contribuiu enormemente para transformá-lo, não produzindo nenhum arrefecimento nos ideais de liberdade também incorporados na sua comunidade originariamente nativa que, por certo, tanto mais inspirada na capacidade de superação destes, cumpre papel decisivo nas conquistas políticas alcançadas pela maioria dos seus filhos, nas lutas pela Independência do Brasil, nas figuras intrépidas de Maria Quitéria, do vitimado herói Tambor Soledade, do corneteiro Lopes, dentre cachoeiranos, sanfelistas, maragogipanos, santamarenses, e outros dessa mesma “tribo”.

Ademais, o Recôncavo baiano constitui, seguramente, uma das suas mais ricas matrizes culturais nos diversos campos da cultura e da arte, destacando-se no papel de vanguarda. O Recôncavo da Tia Ciata, do abolicionista e Maestro Tranquilino Bastos; do poeta Castro Alves, do Historiador Pedro Celestino, de D. Edith do Prato, do mago Paulo Catuaba, de D. Lira do Monte, do Mestre João do Boi, de Dona Dalva do samba de-roda; dos sinos e atabaques em harmonia (como tão bem relembra o nosso tão querido Mateus Aleluia); da pluralidade de ritmos e múltiplas crenças, celeiro de artesãos e artistas, músicos e sambadores, intelectuais; e um dos berços do tropicalismo na figura do seu principal mentor Caetano Veloso, gestado sob sua forte influência

crítica, e que agrega a extraordinária participação dos seus mais brilhantes extratos étnicos.

Além disso, o seu patrimônio arquitetônico e a sua riqueza imaterial é algo gigantesco, que merece ser reverenciado, e acima de tudo, cuidado com especial carinho, atenção e respeito, no sentido lato da palavra.

Honra-me, enfim, o privilégio de lançar estas breves considerações sobre o *Recôncavo Negro*, felicitando ao autor, na expectativa de que a presente obra funcione como aperitivo, para a produção de muitas outras, e desejando a todos um agradável mergulho na sua leitura.

José Augusto Costa Lopes, cachoeirano, economista.

Introdução

A história é construída através da interpretação das fontes, sejam primárias ou secundárias. O papel do historiador é justamente o de interpretar os documentos, revelando novas abordagens ao tema estudado. A história é uma ciência aberta, cuja contestação é permanente, feitas com revisões de interpretações, sempre. Ela não é estática, por isso, sua dinâmica está em constante renovação. Novos enfoques e novas abordagens é praxe no universo da história.

Pode até parecer anacronismo, mas considero o livro como o maior transmissor de conhecimento, possui uma magia, em todo processo de elaboração. O autor é envolvido no locus da criação do trabalho, cujo início o leva para o labor de processar as ideias, para atingir a discutível conclusão da obra. No fundo, escrever exige concentração, sossego e paz. Com as condições internas e externas equacionadas, as ideias fluem, assim como as flores nascem com a chegada da primavera. O livro começa a brotar.

O primeiro desses artigos que comecei a escrever, foi o que se refere a Pedro Celestino da Silva, eu ainda era estudante de graduação em História na Ufba, lá pelos anos 80 do século passado. Vi o trabalho dividido em dois artigos nas Revistas do IGHBa, sobre a história de

Cachoeira, fiquei encantado com a forma dele escrever e de abordar os fatos históricos.

A imagem que mais simboliza a guerra da independência do Brasil na Bahia, é o afresco pintado pelo artista plástico Antônio Parreiras, denominado de O primeiro grito da independência, o velho historiador fez uma reveladora análise identificando os seus ilustres personagens. Só concluí este artigo agora em 2020. Paralelamente passei a pesquisar a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte de Cachoeira, também na mesma época das investigações de Pedro Celestino. Fiz algumas entrevistas com algumas componentes desta confraria, algumas já falecidas como D. Amor e Mãe Filinha. Escrevi um artigo sobre ela, publicado na Revista comemorativa dos 500 anos do Brasil, no Congresso de História Oral do Nordeste, no ano 2000, cujo conteúdo serviu de base para um trabalho que apresentei numa unidade disciplinar, no mestrado em História e Patrimônio, que cursei na Faculdade de Letras na Universidade do Porto em Portugal. Este trabalho foi reformulado e ampliado, que publico agora.

O ato de escrever é um compromisso profissional e/ou devocional, que alterna momentos de tensões e prazer; importante é que o autor cumpra o processo de elaboração, passando pelas naturais etapas, o início, o meio e o fim, assumindo o compromisso com sua integridade existencial. O artigo sobre Mateus Aleluia foi uma solicitação do amigo fotógrafo Alberto, que me pediu para escrevê-lo, para compor um livro que ele estava organizado sobre heranças africanas. Escrevi o artigo em meados de 2019, comuniquei a Mateus Aleluia, que fez preciosas revisões, acrescentando importantes informações que eu mesmo desconhecia. Como o livro que Alberto pretendia organizá-lo não foi para o prelo, decidi publicá-lo neste compêndio.

O penúltimo foi o referente a André Rebouças, que sempre tive vontade de estudá-lo e escrever algumas linhas sobre este cachoeirano reformador social. Filho do maragojipano Antônio Pereira Rebouças, André foi um notável abolicionista, amigo pessoal do imperador

D. Pedro II, sempre se posicionava contrário à escravidão. Eis alguns personagens oriundos da região açucareira e fumageira do Recôncavo baiano.

O último texto que escrevi, no meio da pandemia, foi «Os Caboclos do 25 de junho e do 2 de julho», em que é analisado a participação do casal de Caboclos, como símbolos cívicos para a população, mas cultuados como seres encantados, pelo povo de santo, em procissões cívicas, tanto em Cachoeira no dia 25 de junho, quanto em Salvador no 2 de julho.

Estes textos não têm a intenção de forjar heróis ou vilões, pois a história se escreve além do senso comum, ela cumpre um papel social, ou mesmo político, de aprofundar o senso crítico, interpretando os fatos e analisando os agentes históricos. Estes breves estudos são brechas, para compreender um Recôncavo um pouco mais cultural. Nunca se sabe quando um texto se encerra, mas não existe a pretensão de aprofundar mais do que foi exposto aqui, eis aí um retalho do Recôncavo baiano, através de alguns personagens, que revelam uma ótica mais cultural.

André Rebouças, o empresário e o reformador social

O Brasil começou a ser engendrado com a economia açucareira na região nordeste, ainda no período colonial. Acho que foi o padre Antônio Vieira que chamou o complexo do engenho de açúcar, de «doce inferno», pois sua mão-de-obra era quase toda composta de trabalhadores escravizados, sequestrados do continente africano. A relação social de trabalho, praticamente não existia, eram tratados de maneira cruel, sem praticamente direito algum. A relação de trabalho era extremamente técnica, forçado sem nenhum ganho da exploração da mais valia. A tentação de adequá-lo ao modo produção capitalista sempre foi persistente, Alice Canabrana e Sérgio Buarque de Holanda aborda,

...a obrigatoriedade de ocupar e povoar a terra implicava em discriminação de natureza capitalista, pois os meios para explorá-la, em última análise, iam condicionar a posse efetiva do solo. Ao capitalismo comercial, baseado na iniciativa privada ou dirigido pelo Estado, que caracterizara a atividade portuguesa nas feitorias asiáticas e africanas, sucedia um capitalismo agrário, no qual, tal como havia ocorrido nas

ilhas atlânticas de colonização portuguesa da África, os investimentos se faziam em plantações, aparelhamentos e escravos¹.

Como a produção se destinava ao mercado europeu no incipiente modo de produção² mercantilista, havia uma contradição na base da produção que era de trabalho escravo, portanto, não se adequava ao modelo transitório capitalista ou escravista, muito menos feudal, herança ibérica, cuja a base era o trabalho servil. Jacob Gorender contribui nesta discussão teórica, conceituando o modelo brasileiro como um modo de produção historicamente novo³.

... a conclusão de que o modo de produção escravista colonial é inexplicável como síntese de modos de produção preexistentes, no caso do Brasil. Seu surgimento não encontra explicação nas direções unilaterais do evolucionismo nem do difusionismo. Não que o escravismo colonial surgiu e se desenvolveu dentro de determinismo sócio-econômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço. Deste determinismo de fatores complexos, precisamente, é que o escravismo colonial emergiu como um modo de produção de características novas, antes desconhecidas na história humana. Nem ele constituiu repetição ou retorno do escravismo antigo, colocando-se em sequência “regular” ao comunismo primitivo, nem resultou da conjugação sintética entre as tendências inerentes à formação social portuguesa do século XVI e às tribos indígenas⁴.

Todo período colonial foi cruelmente marcado por uma dualidade que avançou até o final do segundo império, a existência do latifúndio, e também pela república, mantido pelos grandes proprietários, e os escravos na outra ponta, que juridicamente é definido como indivíduo destituído de direitos⁵. Portanto, a escravidão resistiu até o penúltimo

¹ (FENELON, 1974, p. 34)

² (HARNECKER, 1983, pp. 133 a 138, «Chamaremos MODO DE PRODUÇÃO ao conceito teórico que permite pensar na totalidade social como uma estrutura dominante, na qual o nível econômico é determinante em última instância» p.138)

³ (GORENDER, 1988, p. p.94)

⁴ (PEREIRA, 2018, p. 40, in GORENDER)

⁵ (SCHWARCZ, 2015, p. 500)

ano do império, o simbólico 1888, quando a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil, sem indenizar seus proprietários, no outro ano a República foi proclamada, através de um golpe de Estado. Foi neste período de transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre, que Rebouças emergiu como um pensador e teórico do abolicionismo, e principalmente das reformas sociais, que envolviam a reforma agrária como uma das grandes mudanças nas relações técnicas e sociais de trabalho. Marta Harnecker define relações sociais de produção como,

Chamaremos Relações Sociais de Produção às relações que se estabelecem entre os proprietários dos meios de produção e os produtores diretos em um processo de produção determinado. Relações que dependem do tipo de relação de propriedade, posse, disposição ou usufruto que estabelecem com um meio de produção.⁶

O Brasil firmou sua economia na base do trabalho escravo, oriundos dos países africanos, cuja produção sempre fora agroexportadora de produtos primários, destinada à Europa. Este era o contexto do território português na América do Sul, até o final do segundo império.

O pai de André Rebouças era um monarquista convicto, amigo pessoal de D. Pedro I, jurista, que teve uma participação ativa nas guerras pela independência do Brasil na Bahia, especialmente na Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, onde exerceu o cargo de secretário do governo provisório, ali sediado⁷. Escreveu o importante livro *Recordações Patrióticas*, fonte necessária para entender este episódio, em que o Brasil tornou-se independente de Portugal.

Filho legítimo de Gaspar Pereira Rebouças e D. Rita Basília dos Santos, pessoas de condição humilde e sentimentos avantajados, nasceu Antônio Pereira Rebouças em Maragogipe, Bahia, a 10 de agosto de 1798.

⁶ (HARNECKER, 1983, p. 53)

⁷ (PEREIRA, 2018, p. 57)

Com prodigiosa dedicação e o maior sacrifício, procuraram os bons e pobres pais aproveitar-lhe a bela inteligência, revelada desde os primeiros anos, e a dos dois irmãos José e Manuel Maurício. Já em 1814, Antônio trabalhava como escrevente de cartório, estudando por si a jurisprudência com o maior afnco. Dentro em pouco adquiria a fama de douto jurisperito.

Tomou o jovem Rebouças a parte mais ativa nos acontecimentos da Independência. Ele e os irmãos alistaram-se para combater os portugueses e participaram das operações de guerra que provocaram o desfecho do 2 de julho de 1823.

Com sua clara inteligência, muito relevantemente serviu ainda Rebouças à causa brasileira como secretário da Junta Revolucionária de Cachoeira. Após a vitória, eleito pelos comprovincianos membros do Governo, conselheiro-geral da província e deputado à Assembleia Provincial veio a figurar na Câmara dos Deputados na segunda legislatura, em 1830. Revelou-se logo parlamentar de pulso, valendo-lhe sobremaneira a grande erudição jurídica, além da bela cultura.

Tornaram-se notados os seus discursos contra a pena de morte e em prol das conquistas liberais, assim como a dedicação e lealdade com que defendeu no infortúnio José Bonifácio, de quem era apaixonado admirador, e Dom Pedro I, cujo projeto de exílio perpétuo vivamente combateu. Violento opositor ao Governo de Feijó, generosamente o defendeu após os acontecimentos de 1824, quando o ex-regente, vencido e preso, chegou ao Rio de Janeiro.

Era o homem das campanhas generosas, angariou simpatizantes das mais diferentes partes do Brasil, recebendo as maiores demonstrações de apreço. Assim, uma vez, o Colégio de Bananal, de São Paulo, unânime, votou em seu nome numa eleição senatorial. Magna consagração de suas virtudes e dotes intelectuais teve, porém, em 1847, dos seus colegas da Câmara, representando ele então a província de Alagoas. Figurou ainda Rebouças na câmara temporária representando a Bahia na 5ª legislatura.

Por ato legislativo especial (Decreto 647, de 04 de setembro de 1847), atendendo ao seu fundo saber jurídico, foi habilitado a

exercer a advocacia em todo o Império, independente de provisão, como se fosse bacharel formado ou doutor em Ciências Jurídicas e Sociais.

Oficial do Cruzeiro, pelos seus serviços à causa da Independência, agraciou-o Dom Pedro II com o título de Conselheiro em 1864.

Teve a fortuna de ver crescer vários filhos dignos de si, entre eles Antônio e, sobretudo André Pereira Rebouças que, se o não ultrapassou na nobreza dos sentimentos e na firmeza do caráter, mais alto se elevou pelas demonstrações absolutamente superiores da inteligência e da filantropia.

Cego no fim da vida, revelou Antônio Pereira Rebouças nova face de sua nobre vida: da resignação católica com que aceitou tão dura provação.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 19 de junho de 1880, cercado de universal veneração e deixando uma das mais belas reputações que jamais cercaram um homem.⁸

Este artigo sobre André Rebouças é quase que baseado no brilhante livro de Joselice Jucá, que a Construtora Noberto Odebrecht teve a feliz iniciativa de publicá-lo no ano de 2001. Evidente que recorri a outras fontes complementares, para facilitar a contextualização sócio-política do Brasil, no universo geo-político do século XIX.

O velho Rebouças exerceu uma forte influência para André Rebouças tornar-se um monarquista, por ser amigo de D. Pedro I, e seu filho de D. Pedro II, de frequentar os palácios da recente monarquia instituída no Brasil. A força da sua amizade com o imperador era tão intensa, que derrubou o ministro da agricultura Joaquim Antônio F. Leão, em outubro de 1869, por contrariar seu interesse na criação da Companhia D. Pedro II, quando André tentou se associar a casa bancária Estevão Bank, enquanto o ministro Antônio fazia o jogo contrário com a concorrente Tavares & Cia, após denúncia, D. Pedro II afastou

8 (JUCÁ, 2001, p. 21 e 22, in: Afonso d'Escragnonle Taunay, *Grandes Vultos da Independência*, pp.209-213, 1922)

o ministro⁹.

André Pereira Rebouças nasceu em Cachoeira, então Província da Bahia, em 13 de janeiro de 1838. Frequentemente, tem sido confundido com seu irmão Antônio, que nasceu em 13 de junho de 1839. As suas vidas correram paralelas até 1863. A mãe, Carolina Pinto Rebouças, não parece ter desempenhado papel muito importante na educação dos filhos. Coube ao pai assumir grande parte da educação da prole, ensinando as primeiras letras e utilizando livros preparados por ele próprio.

A escola primária foi feita ainda na Bahia e completada no Rio de Janeiro, para onde a família mudou-se em fevereiro de 1846, enquanto a escola secundária foi frequentada em Petrópolis. Depois, os irmãos Rebouças foram para a Escola Militar (mais tarde, Escola Central e Escola Politécnica), onde se graduaram, em 1860, como engenheiros militares.

Em fevereiro de 1861, foram à Europa em viagem de estudo, de onde retornaram em novembro de 1862. No ano seguinte, eles tiveram a sua primeira separação – Antônio foi para o Paraná, onde se tornou um construtor de importantes estradas que cobriram o sudeste do país, como a Estrada de Ferro Curitiba/Paranaguá, obra monumental que atravessa a Serra do Mar, e orgulho, ainda hoje, da engenharia nacional; a rodovia Antonina/Curitiba – conhecida como a Estrada da Graciosa, e a rodovia ligando Campinas (São Paulo) a Rio Claro, enquanto André, voluntariamente, seguia para a Guerra do Paraguai, integrando a Comissão de Engenheiros, onde permaneceu de maio de 1865 a julho de 1866.¹⁰

André Rebouças foi engenheiro, militar, professor, escritor, empresário, abolicionista, monarquista, liberal e reformador social, no Brasil monárquico do século XIX, que insistia em manter a escravidão como elemento primordial do sistema produtivo, na contramão das outras nações que implantaram a mão-de-obra livre com o trabalho assalariado. Como militar foi tenente do exército, que atuou tecnicamente na função de engenheiro, se destacou, na guerra do Paraguai, como

⁹ (IUCÁ, 2001, p. 37)

¹⁰ (Idem, 2001, pp. 24 e 25)

um profissional extremamente humano, que respeitava seus adversários guaranis¹¹. Tinha verdadeira ojeriza ao militarismo e a guerra. Neste universo de horror, sempre se manteve ético, respeitando as convenções de guerras, preservando seus princípios cristãos e de compaixão aos inimigos¹². Ao oposto do pai, ele nunca se envolveu com política partidária, poderia ser considerado como um liberal progressista, com um perfil nacionalista, que acreditava no império como um regime capaz de promover as mudanças sociais que preconizava nos seus artigos em jornais¹³. Logo após o término da sua participação na guerra do Paraguai, ele se voltou completamente para as atividades empresariais, buscando empreender na iniciativa privada.

Como André era um costumaz frequentador do palácio, teve sempre privilégios garantidos nos seus empreendimentos empresariais. Grandes obras ele realizou no Brasil, algumas com o aval do império, principalmente na área da ferrovia, na qual depositava confiança para um eventual progresso do país, na modernização e na tecnologia. Via além da ferrovia, a navegação marítima/fluvial como áreas de desenvolvimento, que levariam naturalmente ao progresso da nação.

A profissão de engenheiro e a função de empresário, caminharam quase que juntas, pois como engenheiro criou importantes projetos de portos, docas e ferrovias, construindo parcerias com capitalistas ingleses, após 1866, quando substituiu o engenheiro inglês Charles Neate, na direção da Companhia das Docas da Alfândega do Rio de Janeiro¹⁴. Nesta época André dirigia as obras do Porto de Cabedelo na Paraíba, as do Porto de Docas da província do Maranhão e organizando a Companhia Docas Pedro II no Rio de Janeiro¹⁵. Se distinguiu como um ativo empreendedor, mesmo encontrando inúmeras dificuldades, na atuação dos grupos oligárquicos que se organizavam nos latifúndios,

11 (Ibidem, 2001, p. 25)

12 (Ibidem, 2001, pp. 26 e 27)

13 (Ibidem, 2001, pp. 28 e 29)

14 (Ibidem, 2001, p. 28)

15 (Ibidem, 2001, p. 28)

nem sempre produtivos, mas que exerciam uma forte influência nos pilares de sustentação da monarquia, que boicotavam todas reformas que ameaçassem seus privilégios, seja de cobranças de impostos territoriais ou leis que visassem a beneficiar os escravizados.

Desde os inícios dos anos 70 de século XIX, André exercia a atividade de professor da Escola Politécnica, acumulando também a ocupação de escritor e abolicionista. Lecionou em diversas cadeiras, botânica, cálculo, geometria descritiva e engenharia civil. Suas amizades estreitas com os membros da Corte, não neutralizavam os ataques racistas que sofria na imprensa conservadora da época, em função da sua origem negra¹⁶. Existe uma narrativa, que em baile no Paço Imperial, depois de André ser rejeitado por algumas damas para dançar, a princesa Isabel observando esta rejeição, aceitou ser seu par em uma dança. Em outra oportunidade em Nova York, o Fifth Avenue Hotel, recusou sua acomodação. Se fez necessário o *lobby* do ministro João Pedro de Carvalho Borges e outros amigos, para hospedá-lo no Washinton Hotel, com a exigência de fazer as refeições no quarto, mas jamais no restaurante. Já nos anos 70 e 80 acentuou-se nas suas atuações, o abolicionista juntamente com o reformador social, apesar deste desempenho político no combate a escravidão e de sempre preconizar a reforma agrária como forma de inserção dos negros ao processo produtivo, ele nunca se vinculou a nenhum partido político formal¹⁷.

O século XIX se caracterizou como período de transição da mão-de-obra escrava para mão-de-obra livre assalariada, cuja agricultura do café se firmava como principal produto de exportação. Otávio Ianni, em *História Geral da Civilização Brasileira* destaca que,

...impõe-se a transformação do escravo em trabalhador livre, daquele que é meio de produção em assalariado. Em outras palavras, a mão-de-obra, simplesmente, transforma-se em força

16 (Ibidem, 2001, p. 31)

17 (Ibidem, 2001, p. 33 e 41)

*de trabalho, no sentido de fator adequado à produção de lucro*¹⁸.

Portanto, as fazendas de café no sudeste do Brasil, passaram a funcionar como uma espécie de empresa, cuja produção era destinada ao mercado europeu, tendo sua base produtiva o trabalho escravo e outra parcela de trabalho livre, especialmente com os primeiros imigrantes europeus.

Nas atividades empresariais de engenheiro, algumas obras se distinguiram e garantiram certa notoriedade a André. Destacam-se as seguintes, projetou e construiu as docas da Alfândega e da Gamboa; projetou as docas do Maranhão, de Cabedelo, de Recife e da Bahia; estudou e projetou com seu irmão Antônio o abastecimento de água do Rio de Janeiro; estudou e projetou a estrada de ferro na Paraíba; estudou a criação de colônias agrícolas no Alto Uruguai, no Paraná e no Jequitinhonha; criou com o irmão a Companhia Florestal Paranaense; estudou a navegação no Alto Paraná e no Alto Uruguai e propôs ao governo a criação da Companhia de Navegação; Criou com o irmão e Mauá a Empresa Férrea de Antonina a Curitiba e a Empresa Férrea Paraná – Mato Grosso, sempre perspectivando o progresso do Brasil.

A atuação de abolicionista de André, ocupou a imprensa com artigos contundentes contra a escravidão, e a defesa das reformas sociais, notadamente a divisão dos latifúndios em pequenos lotes de terras, aos escravizados livres das mazelas do trabalho forçado. Sua defesa em promover as reformas sociais na iniciativa privada, demonstrava certa utopia, ou mesmo uma postura quixotesca, pois sem uma ação mediadora do Estado para a promoção de tais reformas, principalmente no que concernia à reforma agrária, seria difícil, porque os grandes proprietários de terras e escravos priorizavam acima de tudo o lucro e a exploração da força de trabalho, que consideravam como pautas inegociáveis¹⁹. André tinha um certo conforto, por possuir uma situação financeira sólida, nesta sociedade conservadora do século XIX²⁰, dando

20 (Idem, 2001, p. 43)

margem a combater a escravidão.

As conversas que mantinha com D. Pedro II, especialmente nas visitas que fazia no Palácio de Petrópolis, eram muito animadas, tratando-se de temas relacionados as reformas preconizadas por André. Eles vibraram em 1889 com a “vitória” da pequena propriedade da Democracia Rural na Irlanda e na Romênia, que eram acompanhadas por André, através dos periódicos²¹. Como pode perceber, as revelações de André em seu diário, constam que D. Pedro II demonstrava muito interesse e simpatia pelas ditas reformas afirmativas de André, assim como demonstrava também não manter simpatia pelo sistema escravista. Porém enquanto imperador, chefe supremo do poder executivo, jamais teve uma atuação no sentido de eliminar a escravidão. Os anos 1860 marcaram o agravamento da campanha abolicionista, pois com o fim do tráfico em 1850, esta campanha entrou na pauta das grandes questões do país em definitivo.

Em 1870 a guerra do Paraguai terminou, deixando muitos mortos dos dois lados, também maculando a imagem do império brasileiro, pela crueldade das batalhas, que resultou no extermínio de 90% da população Guarany. A imagem do imperador de um governante mecenas das artes e das ciências ficou profundamente arranhada²². Neste cenário foi que o abolicionismo passou a ganhar campo, e a atuação de André se acentuou nos periódicos da capital do império brasileiro. As revoltas escravas que ocorreram nos engenhos de açúcar no Recôncavo baiano e em Pernambuco durante o primeiro reinado, assim como, as revoltas que verificou-se no período regencial, a exemplo da Revolta dos Malês na Bahia, continuaram a abalar a elite branca durante o segundo reinado, a fundação do Partido Republicano em 1870 e o Brasil arrodado de países vizinhos republicanos, acuava os escravistas. Foi neste contexto que André Rebouças atuou como abolicionista e reformador social. Acreditava que esta monarquia seria capaz de pro-

21 (Ibidem, 2001, p. 45)

22 (SCHWARCZ, 2015, pp. 297 e 298)

mover as suas tão elaboradas reformas sociais, pois mantinha aversão à república²³.

Nos anos 80, com criação do Partido Republicano, surge uma forte oposição no Oeste paulista, os cafeicultores que aderiram ao republicanismo, constituindo-se como o núcleo econômico mais dinâmico do Brasil. Neste período que D, Pedro II resolve fazer umas viagens internacionais pela Europa, chegando até o Egito, para se divertir, conduzindo ao seu lado um enorme grupo de serviçais. Foram nos anos de 1871, 1876 e 1887, que se ausentou do país, deixando sua filha Isabel e o ardiloso Conde D'Eu, que era um famoso agiota, na corte. Assim, o império já dava sinais de cansaço²⁴. Em 1888 a princesa Isabel assinou a lei que libertou os escravizados do trabalho forçado, que ficou conhecida como a Lei Áurea. Esta abolição não foi a esperada por André Rebouças, pois não acompanhou nenhum projeto de inserção dos libertos ao processo produtivo no país, eles ficaram completamente desprotegidos da sobrevivência, ou do exercício da cidadania plena. A ideia do engenheiro cachoeirano seria a de criar um imposto sobre as fazendas ou terras improdutivas, e com estas arrecadações comprar terras e distribuir lotes para os ex-escravos. Seu contemporâneo Joaquim Nabuco apoiou e defendeu esta ideia, mas, no entanto, os grandes proprietários de terras e escravos abraçaram a agenda da República, dando as costas em definitivo para a Monarquia²⁵.

A República proclamada soou como um duro golpe para André, pois, sentia-se um tanto responsável pela queda do Império, face aos seus duros artigos contra a escravidão publicados nos jornais da época. Por isso, ele resolveu acompanhar a família real, e auto se exilar, foram 9 anos entre a Europa e África até a sua morte. Enfrentou adversidades nestes difíceis períodos, porém manteve acesa a chama na restauração da monarquia, pois, acreditava que só através dela seria possível

23 (JUCÁ, 2001, pp. 28-30)

24 (SCHWARCZ, 2015, pp. 302-305)

25 (JUCÁ, 2001, p. 140)

implementar as suas reformas sociais e econômicas. As suas defesas nestas reformas sociais estariam associadas na crença ao Império de D. Pedro II. Na Europa, André ficou em Portugal e na França. Quando esteve em Portugal, foi o período em que radicalizou seus escritos contra a República, mantendo a ilusão da restauração da Monarquia²⁶. Da mesma forma em que opor-se à escravidão, também combateu a imigração europeia, pois considerava como esboço pernicioso para o Brasil. Em 1891 fez um alerta internacional para o que denominou de «escravidão branca», chegou a chamar Joaquim Nabuco, para abraçar esta campanha, mas não foi aceito por discordar da afirmativa da «escravidão branca»²⁷.

André fazia contundentes críticas à República, nomeadamente ao militarismo, que denominava de «parasitismo comtista», numa alusão às teorias e influência positivista de Augusto Comte que tanta ascendência teve no universo militar brasileiro²⁸. Sua compreensão para efetuar as sonhadas reformas sociais, viriam em acordos com a classe dominante monárquica. Numa carta enviada para Joaquim Nabuco, ele deixa bastante claro as suas convicções políticas-ideológicas:

É, pois, com reis, com os senadores, com os deputados, com ricos e com os poderosos, que devemos lidar, como fizemos de 1880 a 1888, a fim de que sejam arrastados a um 13 de Maio²⁹.

André Rebouças em pleno século XIX, no Brasil escravocrata, não acreditava nos movimentos sociais, oriundos, principalmente dos escravizados, depositava seus créditos no regime monárquico, estruturalmente em decomposição, que tinha como Rei, um amigo. Durante seu exílio em Portugal, cultivou bastante amizades no ambiente intelectual, passando a ocupar espaços nos periódicos lusitanos, quando escreveu sobre a implantação da «Democracia Rural» nos países africanos³⁰. A

26 (Idem, 2001, p. 146)

27 (Ibidem, 2001, p. 156)

28 (Ibidem, 2001, p. 158)

29 (Ibidem, contra-capá)

30 (Ibidem, p. 159)

primeira fase do seu exílio foi em Lisboa, depois em 1892, foi para Cannes e Marselha, em seguida, em 1895 foi para a ilha de Madeira. André considerava os latifundiários como fabricantes, ou produtores de ministros, senadores e deputados, portanto, da elite política brasileira. Sonhava que seria possível incorporar os minifúndios aos latifúndios³¹. Atribuiu como causa da queda da monarquia, ao descontentamento dos proprietários de escravos, com a instituição da lei Áurea.

André Rebouças faleceu em Funchal, na ilha de Madeira em 9 de maio de 1898. Não se sabe se de morte natural ou suicídio. Estava um tanto depressivo, face perceber tardiamente que a restauração da monarquia era algo difícil de ocorrer, pois, as oligarquias monarquistas, estavam de braços dados com a República. Mesmo sendo um liberal monarquista, foi um abolicionista com ideias de vanguarda, que ao seu tempo, acreditando que a abolição ocorresse ao seu modo, os libertos teriam mais espaços no universo produtivo, portanto, com menos desigualdade. Seu modelo de reforma social, seria possível com a mediação do Estado, assim a redistribuição de terras ou de quaisquer outras riquezas poderia deixar de ser uma mera utopia.

Na verdade a abolição da escravidão no Brasil, foi um arranjo, ou melhor, foi uma conciliação entre a elite territorial com as autoridades imperiais, para evitar que a reforma agrária fosse implantada, como desejava André Rebouças.

Junho de 2020

31 (Ibidem, pp. 168 e 169)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FENELON, Dea Ribeiro, **50 textos de história do Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1974.

JUCÁ, Joselice. **André Rebouças: reforma & utopia no contexto do segundo império: quem possui a terra possui o Homem**, Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do Materialismo Histórico**, São Paulo: Global Editora, 1983.

PEREIRA, Manoel Passos Rocha. **Política e Cultura Popular na Bahia – 1820 a 1823: nas origens do Estado Brasileiro**, Porto: Faculdade de Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**, São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte: tradição, cultura e turismo

A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte do município da Cachoeira no estado da Bahia, surgiu possivelmente na segunda década do século XIX, fruto de uma aliança entre as etnias jeje e nagô que chegaram nesta região. Suas festividades são realizadas todos os anos entre os dias 13 a 17 de agosto. Sua organização e preservação sempre foi mantida e passada de geração a geração através da oralidade. O IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia) fez o registro no Livro Especial de Eventos e Celebrações da confraria em 01 de Julho de 2010 como Patrimônio Imaterial da Bahia.

A Convenção da Unesco realizada em 17 de Outubro de 2003 em Paris, para a salvaguarda do Patrimônio Imaterial considera como patrimônio cultural imaterial,

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões — bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes estão associados — que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam com o fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é

é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, incutindo-lhe um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana (Artigo 2º/1)¹.

Seguindo essas diretrizes da Unesco, o Brasil como Estado-membro, o IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia) através do pedido que a Irmandade da Boa Morte de Cachoeira, elaborou um dossiê que resultou no registro da referida confraria como Patrimônio Imaterial da Bahia². Para elaboração do dossiê os técnicos do Ipac implementaram um processo de pesquisa com as seguintes fases:

- Pesquisa documental no acervo da Irmandade, Arquivo Público Municipal, Arquivo da Cúria Metropolitana;
- Pesquisa iconográfica no acervo da Irmandade, Fundação Pierre Verger e jornais;
- Levantamento bibliográfico referente ao tema;
- Entrevista com as irmãs, estudiosos e autoridades leigas e religiosas ligadas à Irmandade e à Festa;
- Acompanhamento da preparação e dos rituais da Festa da Boa Morte;
- Registro de histórias de vida e observação participante;
- Registro videográfico e fotográfico dos rituais e etapas da Festa³.

ESCRAVIDÃO E RELIGIOSIDADE

Na África, algumas etnias foram assediadas pelos missionários católicos, antes de alguns de seus membros serem transportados para o novo mundo. Segundo João Reis, no livro *Rebelião Escrava no Brasil*,

1 [CABRAL, Clara Bertrand. A Convenção da UNESCO: Inventários e Salvaguarda. Comissão Nacional da UNESCO.](#)

2 Cadernos do Ipac, 2. *Festa da Boa Morte*. 2ª edição Revisada e ampliada. Salvador: Ipac; 2011; p. 9.

3 Idem, p. 10.

havia recebido lições de catecismo e tinham certa noção da língua portuguesa⁴. Utilizaram os canais institucionais dos brancos para ocupar espaços que possibilitassem se reunir para manter sua identidade, as irmandades de cor foram alguns destes mecanismos⁵.

(...) As irmandades de cor, por exemplo, foram instituições desse tipo. Elas se tornaram ambientes ideais para o florescimento de associações étnicas aqui constituídas e vividas em profundidade, embora sem exclusivismo absoluto. Amparavam de diversas maneiras os membros de suas nações constituintes, na vida, com empréstimos, doações e alforrias; com promoção de enterros em suas capelas e de missas para as almas de seus defuntos. As irmandades eram também meios de produção cultural, em particular suas celebrações periódicas. Nos feriados cristãos, em especial nas comemorações a seus padroeiros, os irmãos promoviam festas e mascaradas com a coroação de reis e rainhas, revivendo simbolicamente o mundo que haviam perdido⁶.

Quaisquer iniciativas que os africanos ou os crioulos tomassem, eram motivo de desconfiança por parte da elite branca, que identificamos como classe dominante, que era constituída dos principais proprietários rurais e de escravos, seja de portugueses ou brasileiros⁶. Era o medo da Bahia poder se tornar o Haiti, dos negros se rebelarem como fizeram em Salvador no ano de 1835, na revolta Malês⁷.

A assimilação do catolicismo pelos escravos e libertos, ocorreu no Brasil colônia e império como iniciativa do governo português, através da introdução das confrarias e irmandades, como mecanismo de catequese⁸, mas sobretudo de controle, temor de alguma eventual revolta ou ato de rebeldia. Existiram diversas irmandades, algumas de-

4 REIS, João J. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, Edição Revista e Ampliada, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p331 e 332.

5 Idem, p.332.

6 Ibdem, p.28.

7 Ibdem, passim.

8 OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. *O liberto e seu mundo e os outros*; Salvador: Corrupio; 1991; p. 79 –80

las converteram-se em instrumento de muito poder, cujos membros pertenciam à nata da elite colonial branca. A diferenciação entre elas tornou-se comum, baseada na estratificação social e também racial. No pico ficavam as Santas Casas de Misericórdia que controlavam uma grande teia filantrópica de hospitais, recolhimentos, orfanatos e cemitérios.⁹ Caminhando por este raciocínio, as irmandades do Rosário foi um caso típico desta situação de poder. Elas surgiram no Brasil com a finalidade de promover a devoção de Nossa Senhora do Rosário, mas foram subdivididas em irmandades de brancos e pretos, que caracterizavam o conflito de classes e etnia¹⁰. Neste sentido, as Irmandades aparecem como instituições que desempenharam um papel psicológico na formação de entidades sociais reguladoras da diversidade étnica da sociedade colonial brasileira.¹¹

As irmandades se organizavam sob a tutela da Igreja Católica em etnias e/ou classes sociais, sob a proteção de um santo católico, que seria seu patrono¹². O poder colonial e imperial estimulava a rivalidade entre essas instituições, a fim de, como diz aquela velha máxima: *dividir para reinar*. A maior atividade da confraria era a organização de uma procissão anual no dia de seu patrono. Essa procissão era um espaço de afirmação para a manutenção ou o aumento do prestígio da irmandade¹³, no caso da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte de Cachoeira, as comemorações são realizadas entre os dias 13 a 17 de agosto, tendo três procissões nos dias 13, 14 e 15.

9 REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e Revolta popular no Brasil do século XIX*; São Paulo: Companhia das Letras; 1991; p.51.

10 OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. Obra citada; p. 80.

11 MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*; São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 1978; p.208.

12 SILVEIRA, Renato da. *Pragmatismo e Milagre da Fé*; In: REIS, João José. *Escravidão & Invenção da Liberdade: Estudo sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; 1988; p.168.

13 Idem. p. 168 – 169.

COMPROMISSO E SOCIEDADE

Não existe nenhuma documentação escrita que comprove a origem da irmandade, pois ela surgiu no período da escravatura no Brasil. A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte da Cachoeira é uma confraria composta somente de mulheres negras, inicialmente nascidas nas senzalas. São descendentes de negras alforriadas que vieram da África para realizarem o trabalho compulsório. A maioria delas não dominava a escrita, a transmissão do conhecimento era de forma oral, entre os membros da confraria.

As irmandades eram associações corporativas que desenvolviam no seu interior um conjunto de ações que levavam a atingir status, identidade e comunhão¹⁴. As irmandades eram formadas normalmente por leigos, mas para que funcionassem era preciso encontrar uma igreja que a acolhesse ou construísse a sua, e principalmente, ter aprovado seu estatuto ou compromisso pelas autoridades eclesiásticas¹⁵.

Os compromissos além de regularem a administração das irmandades, também estabeleciam outras regras normativas para os membros. Os compromissos estabeleciam a condição social ou racial exigida dos sócios, seus deveres e direitos. Entre os deveres se destacam o bom comportamento e a devoção católica, o pagamento das anuidades etc. Quanto aos direitos, estavam a assistência médica e jurídica, ajuda financeira, em algumas, ajuda para compra da alforria, enterro para si e para sua família e sepultura na capela da irmandade¹⁶. Portanto, o Termo de Compromisso se caracterizava como uma espécie de certidão de nascimento da irmandade, que garantia a formalização de sua existência.

É oportuno o questionamento do caráter jurídico da Boa Morte.

14 REIS, 1991, p.55.

15 Idem. p.49.

16 Idem. p.49-50.

Será que era realmente uma irmandade, ou não passou de uma associação de culto a Santa? Um Pai de Santo da Nação Jeje Marim, Marcelino Gomes de Jesus afirma que a Boa Morte desde o seu nascimento foi uma associação de mulheres alforriadas que cultuavam Nossa Senhora da Boa Morte.¹⁷ Não existe nenhuma documentação escrita que comprove sua origem, ou mesmo, a tradição da irmandade, pois toda gama de conhecimento é essencialmente oral, passado de geração a geração. Existem informações que não são transmitidas para o público em geral, são conhecimentos restritos às componentes da irmandade. Este conjunto de conhecimentos velados, são denominados entre elas de *Segredo da Boa Morte*. Alguns historiadores acreditam que este segredo está associado ao sincretismo afro-religioso, como é o caso de Luiz Cláudio Nascimento¹⁸, que atribui o vínculo com o candomblé como elemento secreto e agregador.

FINALIDADES DE COR

O temor de uma revolta escrava era constante, tanto que na noite do dia 22 de março de 1827, um considerável número de escravos do Engenho Vitória, sublevaram-se, assassinando o feitor e seu irmão, acusados de serem feiticeiros. Numa correspondência da Câmara de Cachoeira para o presidente da Província, acusava que os escravos do Vitória estariam articulados com outros engenhos vizinhos – Burraco, Moinho e Conceição, que eram propriedades do mesmo dono do engenho do Vitória, Pedro Rodrigues Bandeira. Mas foi alarme incorreto, pois o levante foi mesmo para eliminar o capataz. Foram punidos

17 Depoimento de *Marcelino Gomes de Jesus*. Entrevista realizada por Manoel Passos Pereira em 8 de Setembro de 1987.

18 NASCIMENTO, Luiz Cláudio. *O Candomblé na Boa Morte*; Cachoeira: Fundação Maria América da Cruz; 1999.

os quarenta envolvidos, apesar o engenho contar com 300 cativos¹⁹. Nestas revoltas, os membros das irmandades normalmente davam apoios aos negros fujões. Outra revolta ocorreria em setembro de 1828, no Engenho Novo no Iguape, propriedade do então coronel Rodrigo Antônio Falcão. Foram incendiadas todas as senzalas, destruída e saqueada a casa-grande. Depois saquearam outros engenhos vizinhos, Acutinga, Campina e o Engenho da Cruz. Na reação ao motim, mais de vinte escravos foram mortos. A reação foi improvisada uma tropa com armamentos velhos, emprestados de outros particulares. Nenhum revoltoso foi punido, em função da ação do Coronel Falcão, que reunido com outros senhores de engenho, resolveram recusar quaisquer punições aos seus cativos²⁰.

Foi através um grupo de mulheres Nagô-iorubás saídas de Salvador, que se encontraram com as mulheres Jeje-nagôs de Cachoeira, que resultou na criação e organização de uma nova Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte. O objetivo precípua desta irmandade composta só de mulheres alforriadas, foi da realização de uma *promessa* a Nossa Senhora da Boa Morte de livrar os negros da escravidão, pois consideravam o trabalho cativo como uma morte. Essas religiosas mulheres consideravam a escravidão simbolicamente como uma morte, e nada mais justo para elas, da Mãe de Cristo livrá-los da morte, ou melhor, da escravidão²¹. Essas mulheres alforriadas passaram a trabalhar, até mesmo mendigar, a fim de reunir dinheiro suficiente para comprar alforrias de outros escravos²², não necessariamente só de mulheres, que ainda estivessem no cativeiro²³.

Na verdade, esta confraria funcionou como um instrumento de luta contra a escravidão, assim como outras irmandades de cor na Pro-

19 REIS, 2012, pp.105-107.

20 Idem, pp.110-112.

21 Depoimento da Juíza perpétua *D. Estelita de Souza Santana*. Entrevista realizada por Manoel Passos Pereira em 2 de agosto de 1987.

22 Idem.

23 REIS, João José. Obra citada; p.49-50.

víncia da Bahia²⁴. As combatentes irmãs da Boa Morte de Cachoeira, tinham uma participação ativa na luta contra a escravidão. Além de arrecadarem dinheiro para a compra de novas alforrias, elas participavam no dia-a-dia do processo de luta dos escravos contra o sistema escravista. Normalmente, quando algum escravo fugia de um determinado engenho de açúcar ou residência de algum senhor daquela região, elas buscavam oferecer esconderijo para estes fujões²⁵.

Essas irmandades de cor converteram-se em importantes elementos para o sistema de controle social, que reprimia as aspirações dos negros, reorientando-os para as atividades lúdicas, expressas nas participações em festas religiosas: missas e procissões²⁶. A participação das irmandades de cor nas cerimônias da igreja, representava uma forma de canalizar as aspirações do negro, que encontrava nos atos litúrgicos espaços permitidos pela sociedade escravagista, de artificialmente igualar-se ao branco²⁷. Essa participação dos negros na igreja favoreceu à popularização do catolicismo no Brasil escravista.

A rivalidade entre as irmandades sempre fora constante, e continua sendo presente ainda, mas agora de forma salutar. A mentalidade escravista se refletia nas irmandades, toda complexidade das relações sociais. Nas confrarias de brancos não era permitido o acesso de negros, assim como às dos negros vedavam o ingresso de brancos. O conflito racial na verdade regulava a existência das irmandades: brancos, mulatos e negros, cada grupo possuía sua irmandade²⁸. A Irmandade da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira proibia a participação de pessoas de cor no seu quadro²⁹. Muitas dessas irmandades de cor funcio-

24 BRAGA, Júlio Santana. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*; Salvador: Ianamá; 1987; p.20.

25 Depoimento da irmã *D. Narcisa Cândida Conceição (Mãe Filinha)*. Entrevista realizada por Manoel Passos Pereira em 1º de agosto de 1987.

26 BRAGA, Júlio Santana. Obra citada; p.14.

27 *Ibidem*. p.14-15.

28 *Ibidem*. P.16.

29 Estatuto da Irmandade da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira.

naram como um instrumento de defesa dos negros contra a escravidão no Brasil. Veríssimo de Melo define a ação dessas irmandades como reação contra-aculturativa silenciosa em oposição às outras formas, a exemplo das revoltas que se sucederam no Brasil, em particular na Bahia³⁰.

Ao longo da sua existência as negras Jeje-nagôs da Boa Morte de Cachoeira, desempenharam um papel muito dinâmico na luta contra a escravidão. Um membro comprova que:

*“A Boa Morte é parte da escravatura. Ela foi instituída pelos escravos dentro do porão, ensaiando, até o dia em que elas alcançaram a liberdade. Então é uma promessa alcançada pela negras escravas, e aí vai passando de geração a geração”.*³¹

mesma componente da irmandade prossegue:

*É uma história muito grande (...) A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte foi começada, foi fundada esta irmandade pela nação dos negros, os negros africanos que eram escravos, que botavam o pé na corrente, faz uma promessa que Nossa Senhora da Boa Morte ajudasse, Nossa Senhora da Glória que libertasse eles prá tirar o pé da corrente, que eles iam reunir uma irmandade somente de negras para fazer essa Irmandade da Boa Morte. Foi assim que foi começada a Irmandade da Boa Morte, o tempo que tem de negros de alforria no mundo que já tem esta irmandade*³².

A Irmandade da Boa Morte foi fruto de uma aliança dos Jejes com os nagôs, a uma promessa para que a Santa os livrasse da escravidão, foi uma luta pela liberdade que a graça só viria a ser alcançada em 13 de maio de 1888.

MEDIAÇÃO: PATRIMÔNIO & TURISMO

30 MELO, Veríssimo de. *As confrarias de N. Sra. do Rosário como reação contra-aculturativa dos negros*; citado na obra citada de Braga; p.20.

31 Mãe D. Filinha. Depoimento citado.

32 Idem.

Quem são estas irmãs? O que elas querem? Quem acompanha o cortejo sabe que são as componentes da secular Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte da Cidade de Cachoeira, do Estado da Bahia. Aqui no Brasil, estas negras nagôs criaram a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte da Barroquinha, em Salvador, presumivelmente nos anos de 1810. Dez ou vinte anos mais tarde, essas negras nagôs se deslocaram para a então Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, e recriaram junto ao povo Jêje, a nova Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, como promessa de livrar os negros da escravidão. Portanto, segundo as próprias irmãs, uma graça alcançada.

Essas associações religiosas sempre tiveram uma importância muito grande em toda a América Latina, para firmar ou confirmar a classificação social de seus membros³³. Por esse motivo é que as mulheres da Boa Morte da Cachoeira, souberam manter e administrar uma estrutura organizacional hierarquizada, com soberania feminina, que funcionou e permanece até hoje, também como instrumento de afirmação étnica e política.

O turismo étnico, que é uma vertente do cultural, surge como um poderoso elemento de mediação entre o patrimônio imaterial da Bahia (a Irmandade) e a comunidade onde ela se insere, pois todos os anos durante as suas comemorações no mês de Agosto, a cidade de Cachoeira recebe uma quantidade substancial de turistas, nomeadamente de norte-americanos, que são considerados de qualidade impar, pois detém um excelente poder aquisitivo que contribui para o aquecimento da economia regional.

Actualmente, o turismo e a cultura estão cada vez mais relacionados devido às sinergias que conseguem estabelecer e ao seu potencial no sentido do desenvolvimento dos locais onde se promovem iniciativas de dinamização turística. Assim, o

33 AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: estudo de ascensão social e classes sociais e grupos de prestígio*; Salvador: Edufba; 1996; p.117.

*turismo cultural apresenta-se como o sector com mais rápido e forte desenvolvimento dos destinos, sendo uma peça estruturante nos factores de motivação e de competitividade*³⁴.

Os poderes públicos com os órgãos ligados à atividade do turismo ainda não promoveram pesquisas de demanda para se ter os dados estatísticos de quantos visitantes a pequena cidade de Cachoeira recebe durante os dias de festividade de Nossa Senhora da Boa Morte. Stephen Selka da Indiana University comprova em seu artigo a presença marcante dos turistas norte-americanos:

*The sisterhood's yearly festival attracts crowds of visitors, including African-Americans from the United States, who come to witness what many consider to be one of the most fascinating examples of cultural preservation in the African diaspora. The celebration of the festival of Our Lady of Boa Morte is the sisterhood's primary raison d'être*³⁵,

buscando a identidade cultural plasmada na diáspora africana, nomeadamente no Brasil. De maneira empírica deduz-se que a quantidade de turistas norte-americanos gira em torno de 600 à 1.000, e o total de turistas em geral ficaria no universo de 10.000 à 15.000 visitantes. No ano de 2015 a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia avaliou a quantidade de turistas nesta estimativa:

*Com a expectativa de atrair um público de 10 mil pessoas durante o período de realização dos festejos, será aberta, nesta quinta-feira à noite (13), a programação religiosa da Festa de Nossa Senhora da Boa Morte. Uma das manifestações religiosas mais tradicionais da Bahia e que acontece há mais de 200 anos no município de Cachoeira. A festa segue até segunda-feira (17), tendo seu ponto alto no sábado (15)*³⁶.

Já no ano de 2016 a Setur avaliou que:

34 PONTE, António e CENTENO, Rui. *Os Museus Universitários do Porto e a sua Integração no Turismo Cultural da Cidade*; Porto: Universidade do Porto; 2013.

35 SELKA, Stephen. *The sisterhood of Boa Morte in Brazil: Harmonious Mixture, Black Resistance, and the Politics of Religious Practice*; in: Journal of Latin American and Caribbean Anthropology, vol. 13, pp. 79 – 114; 2008. p. 86.

36 www.setur.ba.gov.br (13/08/2015)

Este ano, a festa, Patrimônio Imaterial da Bahia desde 2010, deve reunir, de acordo com a Secretaria de Cultura e Turismo de Cachoeira, um público de cerca de 5 mil pessoas. Visitantes de várias partes do Brasil e do mundo, como Estados Unidos e França, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, além de Salvador e outras cidades do interior da Bahia, movimentam as ruas do município, mudam a rotina da cidade e incrementam a cadeia produtiva do turismo local e da região, como meios de hospedagens, bares, restaurantes e do comércio em geral. Entre turistas brasileiros e estrangeiros, marcam presença também pesquisadores da cultura afro-brasileira³⁷,

portanto nota-se um decréscimo do fluxo de turistas. Acreditamos que a mediação da confraria com a comunidade pode ser ampliada com a intervenção do poder público, no sentido da geração de novas ocupações de trabalho e renda, o que de alguma forma já vem ocorrendo. Portanto, a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte da cidade da Cachoeira, é um Patrimônio Imaterial da Bahia, que se impõe como um atrativo cultural na dinâmica do turismo étnico do Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS:

Fontes Secundárias

AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: estudo de ascensão social e classes sociais e grupos de prestígio*; Salvador: Edufba; 1996; p.117.

BRAGA, Júlio Santana. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*; Salvador: Ianamá; 1987.

CABRAL, Clara Bertrand. *A Convenção da UNESCO: Inventários e Salvaguarda*. Comissão Nacional da UNESCO.

Cadernos do Ipac, 2. Festa da Boa Morte. 2ª edição Revisada e ampliada. Salvador: Ipac; 2011.

37 NECO, Marilena. In: <http://www.setur.ba.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=393>

Estatuto da Irmandade da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*; São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

MELO, Veríssimo de. *As confrarias de N. Sra. do Rosário como reação contra-aculturativa dos negros*; citado na obra citada de Braga.

NASCIMENTO, Luiz Cláudio. *O Candomblé na Boa Morte*; Cachoeira: Fundação Maria América da Cruz; 1999.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. *O liberto e seu mundo e os outros*; Salvador: Corrupio; 1991; p. 79 –80

PONTE, António e CENTENO, Rui. *Os Museus Universitários do Porto e a sua Integração no Turismo Cultural da Cidade*; Porto: Universidade do Porto; 2013.

REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e Revolta popular no Brasil do século XIX*; São Paulo: Companhia das Letras; 1991.

SELKA, Stephen. *The sisterhood of Boa Morte in Brazil: Harmonious Mixture, Black Resistance, and the Politics of Religious Practice*; in: *Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, vol. 13, pp. 79 – 114; 2008.

SILVEIRA, Renato da. *Pragmatismo e Milagre da Fé*; In: REIS, João José.: São Paulo: Brasiliense; 1988.

NECO, Marilena. Festa da Boa Morte atrai turistas ao Recôncavo Baiano. In: GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA (Bahia). Secretaria de Turismo. Destinos. Salvador, 12 ago. 2016. Disponível em: <http://www.setur.ba.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=393>. Acesso em: 21 set. 2020.

Fontes Primárias

Depoimento da irmã D. Narcisa Cândida Conceição (Mãe Filinha). Entrevista realizada por Manoel Passos Pereira em 1º de agosto de 1987.

Depoimento da Juíza perpétua D. Estelita de Souza Santana. Entrevista realizada por Manoel Passos Pereira em 2 de agosto de 1987.

Depoimento de Marcelino Gomes de Jesus. Entrevista realizada por Manoel Passos Pereira em 8 de Setembro de 1987.

Fotos



Fig. 1 - Procissão da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, nas ruas da histórica cidade de Cachoeira - Fotos de Manoel Passos Pereira, registro de 1984, da exposição fotográfica 'Irmãs Negras, em 1985.



Fig. 2 - Procissão da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, nas ruas da histórica cidade de Cachoeira - Fotos de Manoel Passos Pereira, registro de 1984, da exposição fotográfica 'Irmãs Negras', em 1985.



Fig. 3 - Procissão da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, nas ruas da histórica cidade de Cachoeira - Fotos de Manoel Passos Pereira, registro de 1984, da exposição fotográfica 'Irmãs Negras, em 1985.



Fig. 4 - Procissão da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, nas ruas da histórica cidade de Cachoeira - Fotos de Manoel Passos Pereira, registro de 1984, da exposição fotográfica 'Irmãs Negras, em 1985.



Fig. 5 - Procissão da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, nas ruas da histórica cidade de Cachoeira - Fotos de Manoel Passos Pereira, registro de 1984, da exposição fotográfica 'Irmãs Negras', em 1985.



Fig. 6 - Procissão da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, nas ruas da histórica cidade de Cachoeira - Fotos de Manoel Passos Pereira, registro de 1984, da exposição fotográfica 'Irmãs Negras, em 1985.



Fig. 7 - Procissão da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, nas ruas da histórica cidade de Cachoeira - Fotos de Manoel Passos Pereira, registro de 1984, da exposição fotográfica 'Irmãs Negras, em 1985.



Fig. 8 - Procissão da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, nas ruas da histórica cidade de Cachoeira - Fotos de Manoel Passos Pereira, registro de 1984, da exposição fotográfica 'Irmãs Negras', em 1985.

Pedro Celestino da Silva, o historiador

Pedro Celestino da Silva nasceu em Salvador em 19 de maio de 1855 e faleceu em Cachoeira em 19 de junho de 1943. O professor Pedro Celestino da Silva era viúvo de Julia da Silva, cujo casamento deixou dois filhos: Professora Maria José da Silva e Edesio Celestino da Silva. Seu falecimento ocorreu no dia de sábado, mas o enterro foi realizado no domingo no Cemitério da Piedade, com várias coroas e capelas sendo depositadas sobre sua sepultura. Seu filho, Edesio tornou-se o coveiro, ou enterrador deste cemitério. Sempre viveu na cidade da Cachoeira, onde lecionava, dentre outras, as disciplinas de história, latim e francês. Era negro numa época onde predominava uma mentalidade preconceituosa em relação à etnia. Se destacou como um notável historiador regional. Plasmou essa história na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, espaço este que escreveu sobre a história e a cultura de diversos municípios e vilas, inclusive sobre os monumentos históricos de Salvador.

O interesse de estudar a vida e obra de Pedro Celestino surgiu justamente por ele ser negro e viver numa sociedade extremamente racista, conseguir ultrapassar as barreiras sociais, econômicas e culturais, se firmar como um reconhecido intelectual, talvez como um

“intelectual orgânico” como Gramsci conceituava. Além de escrever na conceituada Revista de Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, escrevia interessantes artigos em jornais da região.

Acredito que ele tenha contribuído bastante para difusão da história regional a nível nacional, ou quiçá universal para compreensão e enriquecimento da história. Ele escrevia tanto para um público mais voltado para as letras, hoje poderíamos afirmar que seria um acadêmico, quanto para aquele mais popular, tipo baírrista.

Hoje para entender o recôncavo baiano e a história da cidade do Salvador, se faz necessário conhecer a obra de Pedro Celestino, principalmente no que concerne à cidade da Cachoeira e seu entorno, pois nenhum historiador até hoje mergulhou tão profundamente em fontes históricas tanto primárias como secundárias, quanto Pedro Celestino.

Pedro Celestino da Silva escreveu na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia as seguintes publicações:

- Galeria Cachoeirana. Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia. Salvador, v.68, p. 1-90. 1942.
- Notícia Históricas e Geográficas do Município de Caetité. Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia. Salvador, v.58, p. 93-294. 1932.
- O Dr. Abílio César Borges, benérito benfeitor do ensino a infância. Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia. Salvador, v.50, p. 313-325. 1925.
- A Cachoeira e seu Município. Escorço físico, político, econômico e administrativo. Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia. Salvador, v.63, p. 75-143; v.64, p.221-523. 1937; 1938.
- A Bahia e seus monumentos. Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia. Salvador, v.59, p. 75-377. il. 1933.

Destes escritos o que houve maior empenho nas pesquisas foi “A Cachoeira e seu Município: Escorço físico, político, econômico e ad-

ministrativo”, face às inúmeras fontes utilizadas. Nele informa calçado nas vastas fontes documentais a origem da povoação do município, sua evolução e desenvolvimento econômico, físico, administrativo, social e também cultural. Sua participação em grandes episódios da história do Brasil, como o papel de vanguarda nas lutas pela independência do Brasil na Bahia, quando serviu de sede do governo provisório, enquanto a capital Salvador estava sitiada pelos portugueses, no qual adquiriu o título honorífico de cidade “Heróica”.

Em seguida cita as leis provinciais que emanciparam algumas freguesias que pertenciam ao município da Cachoeira, fazendo com que seu território fosse substancialmente reduzido e sua importância política e econômica também diminuísse.

O seu fazer histórico na maioria de suas análises e abordagens dos fatos, é encetado de uma consciência crítica e bairrista. Ao mesmo tempo também se revela ser essencialmente positivista e factual. No entanto, a abordagem que imprime relatando os fatos numa cronologia linear, de maneira que ficam costurados como uma colcha de retalhos em um compêndio que prima seu papel didático de um bom educador que também foi, sem o fragor da elite cachoeirana.

O texto «Cachoeira e seu município», virá dentre em breve ser publicado, para isso Manoel Passos Rocha Pereira, graduado em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba, e mestre em História e Patrimônio pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Portugal, tratou de organizar este, que considerado um clássico trabalho, em que foi coautor, fez todo o trabalho de correção do citado livro, passando do português arcaico para o atual, assim como também, atualizou os dados históricos e culturais da referida obra. Criou um glossário para facilitar a leitura, pois nem todas as palavras utilizadas na época foram dicionarizadas, por último, ilustrou a referida obra, com algumas fotografias relativamente antigas da pujante cidade da Cachoeira.

Este texto praticamente é o prefácio do dito livro de Pedro Celestino, que foi utilizado para compor este artigo, desprovido de regras acadêmicas. O conceito de história para Hannah Arendt, seria a antinomia do «fazer história», pois a escrita do passado é o diálogo que o historiador estabelece através da sua cosmovisão com os fenômenos estruturais. Essa autora afirma que:

A história acolhe em sua memória aqueles mortais que, através de feitos e palavras, se provaram dignos da natureza, e sua fama eterna significa que eles, em que pese sua mortalidade, podem permanecer na companhia das coisas que duram para sempre¹.

Os estudos de Celestino publicados nas Revistas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, hoje são uma fonte histórica necessária, talvez até obrigatória, para as presentes e futuras pesquisas que envolvam à história da Bahia.

Este papel de pesquisador/historiador que Pedro Celestino desempenhou nos espaços de criação e difusão do conhecimento em sua época, que transcendeu ao tempo, chega a contemporaneidade como um intelectual que se dedicou a decifrar a história de uma sociedade conservadora que ajudou a construir o que denominamos de civilização brasileira. Por estes motivos, Manoel Passos Rocha Pereira, soma a autoria deste importante obra, para a compreensão da Bahia, e sua inserção no Brasil.

Voltando a Hannah Arendt, na discussão sobre a conceituação e abordagem da história, ela grassa o seguinte:

A época moderna, com sua crescente alienação do mundo, conduziu a uma situação em que o homem, onde quer que vá, encontra apenas a si mesmo. Todos os processos da terra e do

1 ARENDT, Hannah. O Conceito de História: antigo e moderno, pp. 78.

universo se revelaram como sendo ou feitos pelo homem ou potencialmente produzido por ele. Esses processos, após como que devorarem a sólida objetividade do dado, terminaram por destituir de significado o único processo geral que originalmente fora concebido como fito de lhes dar significado, e para agir, por assim dizer, como o espaço-tempo eterno no qual todos eles poderiam fluir, libertando-se, assim, de seus conflitos e exclusividades mútuos².

A história por ser uma ciência aberta, sujeita a revisões e reinterpretações, ela fica sempre em mutações permanentes. Os trabalhos de pesquisas de Pedro Celestino da Silva, atravessaram o tempo, resistem aos avanços revisionistas, tornando-se indubitavelmente referências para a compreensão da história regional da Bahia.

2 (idem)

Mateus Aleluia, a música e a cultura

A Bahia é o estado mais negro do Brasil. O legado africano está em todos os cantos e encantos desta região que poderia também ser chamada de magia, face à expressiva quantidade de expressões culturais que norteiam este vasto território denominado de Bahia, numa singela e justa homenageio em a Baía de Todos os Santos que deu a toponímia a este local abençoado por Deus. Quando o recente território achado pelos portugueses, introduziu a péssima prática da escravidão, desestruturou famílias no continente africano, separando maridos das mulheres, filhos dos pais etc. Chegaram ao Brasil forçadamente para trabalharem nos eitos de cana-de-açúcar, inicialmente na Bahia e Pernambuco, que se caracterizaram como grandes produtores de açúcar, depois se espalharam para outras regiões, notadamente no sudeste com a expansão do café. Evidente que a vinda dos africanos para o novo continente da América, particularmente, ao Brasil, se deu para trabalharem na condição de escravizados nos engenhos de açúcar. Importante compreender que estas pessoas quando atravessaram o oceano Atlântico para trabalhar na condição de escravos, além da óbvia força física que detinham, trouxeram também toda uma cosmovisão da africanidade, ou seja, sua cultura, religiosidade, economia

e ética. Entre os séculos XVI e XVII, eles vieram do Congo e Angola, depois no século XVIII e na primeira metade do XIX, chegaram da região do Golfo do Benin, denominada de Costa da Mina¹.

O grande produtor de açúcar no Brasil, além de Pernambuco, era a Bahia, especialmente na região do Recôncavo, onde se concentravam as principais vilas produtoras de açúcar e tabaco. Entre estas, se destacava a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, pela sua estratégica localização, banhada pelo majestoso Rio Paraguaçu, o mais caudaloso a desaguar na Baía de Todos os Santos. A Vila do Porto da Cachoeira era o principal entreposto comercial da colônia brasileira durante os séculos XVII e XVIII, as principais estradas para o interior do Brasil se localizavam justamente nesta vila, que eram a de Belém, Capueiruçu e Muritiba. Manoel Passos Pereira estabelece uma comparação entre a cidade do Salvador e a Vila da Cachoeira:

Salvador era uma cidade litorânea, portuária e atlântica até meados do século XX, que só se comunicava através do mar. As principais estradas que davam acesso ao interior da nação ficavam na estratégica Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, que para poder utiliza-la era necessário subir o Rio Paraguaçu até o distrito sede da vila. Eram três estradas, a de Muritiba que se chegava ao sertão daí para Minas Gerais e Goiás, a de Belém que ligava Cachoeira a parte sul da província e a de Capueiruçu que ia até o Piauí².

Salvador se manteve como a capital do Brasil desde a sua fundação em 1549 até 1763, quando ela se transfere para o Rio de Janeiro. O movimento do porto da próspera vila do Recôncavo se dava através da exportação do açúcar para a Europa e o tabaco para o continente africano, que servia como escambo nas negociações de negros escravizados.

A Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira se destacou nas lutas pela independência do Brasil na Bahia, quando iniciou o processo de enfrentamento do todo poderoso brigadeiro por-

tuguês Luís Inácio Madeira de Melo, que comandava a mão de ferro o Governo das Armas da Província da Bahia, no dia 25 de junho de 1822. Depois de três dias de combate, e o triunfo da força cachoeirana, proporcionou a união das vilas do Recôncavo em torno de um governo provisório criado nesta vila, que a partir deste episódio passou a ser a capital deste governo rebelde. Foi nesta guerra contra os lusitanos que a participação da mulher foi plasmada na história pela cachoeirana Maria Quitéria, que para participar do pelotão dos Periquitos teve que se travestir de homem com o codinome de soldado Medeiro. Hoje reconhecidamente ela simboliza a mulher guerreira do Recôncavo.

Cachoeira detém um conjunto de patrimônio histórico, religioso e cultural, material e imaterial, extraordinário, que se mantém independente de eventuais ou pontuais, ações do estado, seja da ordem federal, estadual ou municipal. No universo da religiosidade ancestral africana, sobrevivem harmonicamente os panteões das etnias Congo-Angola com o culto aos inquices, Jeje que cultuam os voduns e Nagô com o culto aos orixás, como também a miscigenação religiosa que resultou no culto aos Encantados Caboclos, que incorporam o legado indígena e o espiritismo ocidental - branco. A vila foi emancipada à categoria de cidade e perdeu sua importância econômica, mas, no entanto, preservou todo o legado cultural, seja de ordem tangível ou intangível. As manifestações culturais vêm se expressando ao longo de sua existência, com a força dos seus protagonistas. O principal episódio na história de Cachoeira ocorreu no século XIX na guerra pela independência do Brasil na Bahia, quando a então Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira iniciou o processo de lutas na memorável batalha ocorrida no dia 25 de junho de 1822. Esta batalha proporcionou a união das vilas do Recôncavo e criação de um governo rebelde provisório com sede nesta vila da Cachoeira. Foram criados diversos pelotões patrióticos, entre os quais se destacou um pelotão formado por negros escravos e ex-escravos nos arredores da Cachoeira. Também teve a participação ativa das mulheres nesta guerra, destacando-se a cachoeirana

Maria Quitéria, que se travestiu de homem e se alistou no batalhão dos Periquitos como soldado Medeiros, codinome do seu cunhado³. Numa entrevista que Mateus Aleluia prestou em São Paulo a Pedro Alexandre Sanches, conceituou sua cidade natal como:

(...) E Cachoeira é isso, você vê a presença dela, mística, cultural, política. Uma vez durante o ano Cachoeira é a capital simbólica da Bahia, em 25 de junho, porque a luta da independência deu muito destaque a esse dia, quando a fragata portuguesa foi expulsa de Cachoeira. Dali então é que começou a derrocada portuguesa, que parou em Pirajá, de onde foram expulsos de uma vez por todas, e se consolidou a independência no Brasil. Porque a independência real do Brasil só se consolidou depois que a Bahia ficou independente, é interessante isso. Mas Cachoeira é uma praça de espetáculos, o ano todo. É uma festa constante. Muitas vezes você quer dormir e não pode – mas também dorme. Você se habitua, porque aquilo faz parte do seu ninar. Cachoeira tem um povo único, que não tá muito preocupado com as mudanças do tempo. Tá preocupado é com o próprio tempo⁴.

Nesta, já elevada à categoria de cidade da Cachoeira, nasceu o cantor Mateus Aleluia, território detentor de tradições e legados afro-brasileiros forjados ao longo da história, que fora vivenciado desde criança nas vetustas ruas da legendária cidade. Neste universo cultural do Recôncavo baiano, Mateus Aleluia aprendeu com os mais velhos os fundamentos da religiosidade ancestral africana e católica barroca.

Mateus Aleluia sempre afirmou que Cachoeira foi e é a fonte de sua formação e inspiração, ele decifrou assim:

Cachoeira é uma cidade cujo misticismo salta à flor da pele, aquela cultura miscigenada. Você vê o afro-barroco bem distinto, o barroco e o afro. E você vê bem a presença indígena, que nós tentamos ocultar não sei por quê. Este Brasil é tão índio, e a gente não fala⁵.

Foi sendo formado e firmado o seu ethos na sua adolescência,

quando ainda na sua juventude começou a participar do coral da Igreja da Matriz em Cachoeira, que tem como patrono Nossa Senhora do Rosário. A experiência no coral da igreja foi o início do processo da cantoria que tanto assanhava o jovem Mateus Aleluia. No entanto, ele nunca deixou de frequentar os principais terreiros de Candomblé da região, se fixando e assimilando as batidas dos tambores Rum, Pi e Lê, soadas pelos bons alabês.

Foi nesta cidade do Recôncavo que na década de 70 do século passado, surgiu o grupo musical “Os Tinhoãs”, formado inicialmente pelos jovens Dadinho, Eraldo e Erivaldo Brito. O gênero musical que eles passeavam era o bolero, cuja afinação musical deste trio lembrava o também “Trio Irakitam”. Gravaram um LP de vinil intitulado “Meu último bolero”, que fez um relativo e ligeiro sucesso nas rádios AM em voga na época. Logo após a gravação do LP, Erivaldo Brito resolveu sair do grupo para se dedicar à historiografia regional, especialmente a memória histórica e cultural da Cacheira.

Com a saída de Erivaldo Brito em 1963, Mateus Aleluia foi o acolhido para substituí-lo, pois já frequentava os ensaios do grupo no bar Sucesso de Dadinho, localizado na praça 25 de junho. Mateus Aleluia trazia uma expressiva experiência musical de ser participante do coral da Igreja da Matriz desta cidade heroica. Mesmo fazendo parte do coral de uma igreja católica, Mateus Aleluia, como já afirmei, frequentava quase todos os terreiros de candomblé da região, se encantava com os três tambores utilizados nas sessões sacras: Rum, Pi e Lê. Foi uma virada histórica que o grupo deu ao abandonar o bolero e incorporar pioneiramente no Brasil, o som da religiosidade do Candomblé do Recôncavo baiano. Nos terreiros ou nas residências das sacerdotisas ou sacerdotes que ele sempre visitava para manter longas conversas pedagógicas, resultaram no processo de aprendizagem crescente. Na zona rural deste município, moravam alguns destes pais de santo, como também na zona urbana da cidade, os terreiros soavam seus tambores

nas festas e rituais. Grandes religiosos se destacavam como guardiões desta religiosidade africana. Em conversa com Mateus Aleluia no dia 14/09/2018, ele citou como os sacerdotes e sacerdotisas da religiosidade de matriz africana que mais o influenciaram foram os seguintes: Paulo Catuaba que pertencia a etnia mussurumim (extinta no Brasil, sendo este seu último representante), Perina de Omolu, Tereza de Odé, Lira do Monte, Justo da Ladeira da Cadeia, Senhor Peri, Dudu do Terreiro da Cajazeira de São Félix e Vicente de Ogum (filho de Romaninha do Terreiro do Bogum do Engenho Velho da Federação em Salvador), que muito influenciaram Seu Mateus a adquirir a fé na vida. Fé nos Deuses, fé na cultura e fé na música, portanto, ele é um homem de fé. A adoção da musicalidade do candomblé feita pelo Tingoãs, foi um processo sereno e tranquilo assumido pelos componentes do grupo. Mateus Aleluia falando do seu trabalho atual, lembra como ocorreu esta transição:

(...) meu trabalho na música sempre foi. É uma continuidade dos Tingoãs, que sempre foi baseado em pesquisa. Primeiro foi pesquisa local, depois se estendeu quando fomos prá Angola, abrimos nossos horizontes in loco. E Cachoeira é isso, você vê a presença dela, mística, cultural, política⁶.

Cumprindo meu papel de historiador, analisando os fatos, afirmo sem nenhum pieguismo, que havia um processo de democratização nas tomadas de decisão do grupo Os Tingoãs. Como os moradores mais velhos de Cachoeira gostavam de afirmar, «basta uma boa conversa, que tudo se resolve». Assim eram decididas as questões de caráter musical ou cultural, que por sua vez influenciavam as questões existenciais dos seus componentes. Fica bastante claro que a adição das músicas religiosas do candomblé, fora uma decisão conjunta em comum acordo do grupo musical da histórica Cachoeira. Tomadas as posições estéticas da sonoridade escolhida pelo grupo, sua musicalidade passou a grassar outras fronteiras além da Bahia.

A década de 70 foi marcada pelo movimento hippie que eclodiu

no mundo ocidental, e como não poderia ser, o Brasil foi também influenciado por este fenômeno sociológico, que varreu o país inteiro, chegando até a pequena e ousada cidade da Cachoeira. Paz e Amor era o mote dos jovens sonhadores, que eram contrários a todas as formas de violência, especialmente as guerras, e especificamente a que os EUA alimentavam contra o Vietnã. Os consumos das drogas ilícitas eram comuns entre os hippies, especialmente os ácidos como o LSD e a mais popular, a maconha. Em Cachoeira um grupo de jovens rebeldes criou um centro cultural totalmente informal, que denominaram de “Casa Velha”. Local utilizado para produção de artes plásticas, atividades musicais, discussões culturais e políticas da atualidade. Evidente que, face a mentalidade conservadora da época, principalmente da igreja católica, estes jovens foram inoportunamente perseguidos e injustamente acusados de serem comunistas, quando vigorava a famigerada ditadura militar que torturava e matava os seus opositores. Mateus Aleluia e os seus companheiros dos Tincoãs não se envolviam explicitamente nas críticas ao sistema autoritário em vigor na época. Se relacionavam tranquilamente com toda comunidade cachoeirana, mas como natural nas pequenas cidades do interior do país, eles formaram o seu grupo de amigos, composto pela maioria de jovens músicos. Mateus lembra alguns como além dos companheiros que formavam os Tincoãs Dadinho e Eraldo, citou Didi da Bahiana, que era um exímio violonista, Ari Vicente que gostava de cantar velhos boleros e outros que faziam parte da galera, mas que não demonstravam nenhuma habilidade musical, como Playboy Carioca e Raimundo Cerqueira, Gilvando (Ceguinho), Caçulinha.

Buscar a África para retomar as origens sumidas, foram buscadas por diversos intelectuais e artistas em todo mundo, especialmente no Brasil, que foram preocupações constantes dos movimentos negros. Na Bahia, este movimento também se manifestou, assim como nos jovens cachoeiranos dos Tincoãs. No livro, *Reinvenções da África na Bahia*, Patricia Pinho afirma que:

«Dentre os muitos lugares da diáspora negra marcados por forte presença cultural africana, a Bahia tem se destacado por possuir um imenso legado de africanismos. (...) O candomblé, os ritmos musicais, a capoeira, e a culinária do dendê são os principais exemplos de expressões culturais de origem africana reelaborados em solo baiano e que têm servido para caracterizar a Bahia como “negra” e “africana”⁷.

Os Tingoãs a partir do segundo disco passaram a invocar em suas canções, noções da ancestralidade religiosa africana. Importante reconhecer, que eles foram pioneiros na música popular brasileira neste resgate, nos idos dos anos 70 do século passado. Esta mudança para as vertentes afro-religiosas, apesar de ter sido uma decisão coletiva do grupo, mas só ocorreu após a entrada de Mateus Aleluia, que trouxe uma experiência acumulada de ter participado do coral da igreja católica, e de ter visitado e investigado os principais terreiros de candomblés de Cachoeira e cidades circunvizinhas. Evitando a redundância, reafirmamos que Mateus Aleluia credita esta escolha ao grupo como um todo. A maioria das canções dos Tingoãs foi composta pela dupla: Mateus e Dadinho. Foram as grandes sacerdotisas e sacerdotes do Recôncavo baiano que revelaram a “Chave” da música religiosa do candomblé, que os Tingoãs expressaram tão cerimoniosamente. Na entrevista dada a Sanches, Mateus confirma como se deu este processo:

(...) Um dos Tingoãs, Erivaldo, desistiu desse negócio de trio, bem depois de gravar o disco de bolero (em 1961). Pronto, não deu. Aí, como eu estava todo dia com eles, cantando junto com eles – era todo mundo como se fosse uma família –, de uma forma espontânea eu substituí. Tempos depois, fomos paulatinamente mudando a linha temática do trio, até a gente entender mesmo pelo candomblé, pelos sambas de roda, caímos mesmo naquilo que Cachoeira é Cachoeira, culturalmente, não é bolero. O Recôncavo, culturalmente, não é bolero. A Bahia, culturalmente, não é bolero⁸.

No ano de 1973 os Tingoãs gravaram o segundo disco, com uma nova imagem pioneira da musicalidade afro-baiana, com arranjos de canções extraídas das raízes religiosas dos terreiros de candomblé, mas mantendo uma base instrumental do violão e os percussivos atabaque, agogô e cabaça⁹. Estava lançado um novo esboço de estilo musical no Brasil, três jovens oriundos do interior da Bahia, com toda audácia passam a conquistar um espaço no mercado predominantemente marcado pela ideologia branca ocidental cristã. Uma das canções mais marcante foi «Deixa a gira girá», que Mateus afirma ser música de Umbanda, termo este mais utilizado no Rio de Janeiro, na Bahia é frequente denominar como candomblé de caboclo que cultua os encantados, que fora mais executada nos rádios AM e sempre cantarolada pelo público nas suas apresentações.

O ano de 1983 foi de mudança radical para o grupo Os Tingoãs, eles resolveram atravessar o oceano Atlântico, foram para Angola fazer uma pequena temporada em Luanda de uma semana, para participar de alguns projetos da Secretaria de Estado da Cultura de Angola. Já no século XIX, segundo João José Reis, no seu reputado livro, *O Alufá Rufino*, destaca que

Luanda era uma cidade cosmopolita, não só pela presença residentes e visitantes europeus, mas porque nela se reuniam africanos oriundos de diversas terras e culturas da costa e do interior do continente¹⁰.

Foi nesta fonte cultural que eles buscaram ampliar o conhecimento pela música e a cultura ancestral deste continente. Esta pequena temporada transformou-se numa estadia permanente. Eles tinham interesse de pesquisar a cultura africana, tinham consciência que este continente era a matriz cultural do planeta. Inicialmente começaram a pesquisar a religiosidade ancestral em Angola, fazendo sempre ligações com as praticadas no Brasil.

Apesar de Angola ter se tornado independente de Portugal em

1975, através de MPLA liderado por Agostinho Neto, este país ainda se encontrava em guerra intestinal, fruto da guerra fria, capitaneada pelas potências mundiais USA e URSS. Os partidos UNITA e FNLA aliados dos EUA, não aceitaram a ocupação do poder pela MPLA. Uma guerra civil se digladiou até 2002 entre estes três partidos, até a aceitação da hegemonia do MPLA. Mateus Aleluia como um homem de fé e de esquerda, tomou partido pelo movimento mais democrático, no caso, o liderado pelo saudoso Agostinho Neto, que após seu falecimento a liderança passou a ser exercida por José Eduardo dos Santos¹¹. Toda guerra é geradora de crise e perdas, muito mais esta entre irmãos, que causou bastante abusos e exageros de todos os lados envolvidos.

Neste período, Mateus e Dadinho passaram a mergulhar com maior profundidade na cultura angolana, depois, na cultura africana, pois Mateus como um pesquisador inquieto passou a viajar por todo continente da África, conhecendo outras culturas e outras línguas não ocidentais, com outras estruturas léxicas. Ainda nesta época gravaram o majestoso disco Afro Canto Coral Barroco, com a participação do coral dos Correios e Telégrafos do Rio de Janeiro, sob a ilustre regência do maestro Leonardo Bruno e produção de Adelzon Alves. Este valioso disco permaneceu durante muito tempo desconhecido do público, felizmente só sendo lançado em 2003, vinte anos após sua gravação. O que já era bom ficou melhor, o grupo Os Tingoãs manteve a harmonia das vozes que sempre caracterizou e encantou o público. Os maestros Koellreutter e Radamés Gnattali reconheceram esta característica nos Tingoãs, de que eles abriam as vozes¹². Mateus Aleluia esclarece como abriam as vozes:

Em terças, sextas, e ter a tônica inteira ainda, mas abrir o vocal. Uníssonos é só cantar a tônica. Nós tínhamos a nossa própria linguagem, nenhum de nós era de conservatório¹³.

Como se observa, todos os componentes do grupo eram autodidatas, mas também inquietos, pois eram observadores e pesquisadores. O

que motivou a ida do grupo para Angola, foi fazer uns shows, mas, no entanto, aflorou uma identidade do grupo pelo antigo continente. Mateus tomou a decisão de ficar na África e comunicou ao amigo Dadinho, que também concordou em continuar residindo em Angola. Em 1985 gravaram um disco no Brasil, por encontrar mais facilidade para tal empreendimento, em seguida lançaram em Angola, no qual trabalharam em Luanda, Huambo, Lubango, Benguela, Namibe e Bengo, quando puderam testemunhar algumas batalhas que resultaram na guerra pela independência de Angola. O velho parceiro Dadinho faleceu em Luanda no ano de 2000, Mateus que já tinha constituído uma nova família, continuou em Luanda, só retornando à Bahia em 2003.

De volta à Bahia, Mateus inicialmente pensou em criar uma empresa de turismo que mantivesse o vínculo Bahia – África, principalmente com Angola, que além de conhecer, mantinha uma rede de amigos. Foi aí que aconteceu o inesperado, Carlinhos Brown e Margarete Menezes o procuraram e passaram a cantar as músicas dos Tingoás, o que contribuiu para a retomada da carreira de cantor. Os shows foram surgindo amiúde e Mateus passou a cantar com sua filha Fabiana e seu filho trompetista Mateus Aleluia Filho. Em 2010 Mateus Aleluia iniciou sua carreira solo com a gravação do disco, «Cinco Sentidos», onde se destacam as canções «Despreconceituosamente» e «Liberdade», em que afirma:

Liberdade é uma música em que procuro ver aquelas pessoas de que gostava e eram pra mim como se fossem guias, desde Violeta Parra a Pablo Neruda. Persigo isso. No “Homem! O Animal que fala” falo de Martin Luther King, Zumbi, Abraham Lincoln. Mas Tingoás já vinham dessa linha também, eu não faço nada diferente, nem poderia ser, mesmo quando canto uma música recente, “No Amor Não Mando”, as pessoas pensam que tô falando no amor homem-mulher. Não, tô falando no amor. O amor, amor, amor. Não tô falando de paixão, de convivência. E quando o amor me manda, pronto, eu sigo e vou. Vou de caravela, de carro de boi, de teco-teco, mas vou seguindo o

*amor*¹⁴.

Em 2017, Mateus Aleluia lançou no mercado o suave e poético disco «Fogueira Doce», em que a belíssima música dá título ao trabalho. O jornalista Mauro Ferreira expressou a seguinte opinião sobre este álbum:

*Álbum de repertório autoral, Fogueira doce reacende o som afro-brasileiro-barroco de Aleluia através de músicas compostas pelo artista solitariamente (Bahia... Bate o tambor, Eu vi Obatalá e a música-título Fogueira doce, entre outras) e com parceiros como Carlinhos Brown (Convênio no Orum) e Dadinho (integrante d'Os Tingoás e coautor no disco Fogueira doce das músicas Obatotô e Filha! Diga o que vê?). Com Brown, vale ressaltar, Mateus Aleluia já havia composto Maimbê Dandá, sucesso da cantora Daniela Mercury nos anos 2000*¹⁵.

Em 2008 Mateus Aleluia criou o projeto «Palestra Lítero Musical Afro Barroco», em que uniu a música com o audiovisual e a palestra. Fui convidado e participei deste projeto como palestrante. Aleluia cantava acompanhado por uma banda, em seguida era exibido um trecho do documentário «Povo de Santo», que fora feito por mim em parceria com Wilson Militão, daí eu entrava com a palestra, enfocando a cultura negra ancestral africana e a questão do racismo que era combatido racionalmente. Fizemos umas quinze apresentações nas escolas públicas do município de Salvador, três em cidades do interior na região do Recôncavo, e uma no Teatro do Senac no Rio de Janeiro. Por último, a Fundação Pedro Calmon, nos convidou para participarmos do projeto «A Música e a Palavra», na Biblioteca Juracy Magalhães Júnior, no Rio Vermelho. Falei um pouco sobre a obra do artista Mateus Aleluia, e depois ele nos alegrou cantando suas músicas. Neste dia, fomos apresentados com a presença de Badu, que fora membro dos Tingoás, e hoje mora nas Ilhas Canárias.

Muito importante deixar bastante claro que Mateus Aleluia tem

uma enorme capacidade de assimilação do novo, sejam novos valores sociais ou comportamentais, sejam novos padrões estéticos ou nova mentalidade. Ele tem a habilidade de assimilar o que surge de novidade no universo social, normalmente recua, reflete, para depois dar um golpe de capoeira e ir em frente, no entanto, sem abrir mão dos seus princípios éticos e do senso crítico. Como afirmei anteriormente, Mateus Aleluia é um homem de fé, ele tem muita fé na música, e por consequência, na cultura. Para fechar este pequeno ensaio, Mateus Aleluia afirma:

Não é cantar, é pesquisar. Meu trabalho na música sempre foi. É uma continuidade do trabalho dos Tinfoãs, que sempre foi baseado em pesquisa. Primeiro foi pesquisa local, depois se estendeu quando fomos pra Angola, abrimos nossos horizontes in loco. E Cachoeira é isso, você vê a presença dela, mística, cultural, política. (...) Cachoeira tem um povo único, que não tá muito preocupado com as mudanças do tempo. Tá preocupado é com o próprio tempo¹⁶.

Mateus Aleluia tem a capacidade de assimilar o novo, sem se assustar, falo de novos valores, novos comportamentos, nova estética e nova mentalidade. Sua capacidade de aceitar sem preconceitos o que chega de novo, dando uma pequena recuada, para depois dar um belo salto de capoeira, como um peculiar homem do Recôncavo baiano. O cachoeirano Mateus Aleluia vai tocando a música e a vida, *como o Rei mandou*, como ele se expressa da mesma maneira que os angolanos. Ele não para, está organizando o seu terceiro disco solo, no seu tranquilo apartamento no *caliente* bairro do Rio Vermelho, na cidade do Salvador.

Agora, em setembro de 2020, mesmo tardiamente, a *Transglobal World Music Chart*, colocou Mateus Aleluia na parada dos álbuns mais tocados pelos radialistas no planeta. É um reconhecimento que coloca *Olorum*, como 10º mais tocado, portanto, deixou de ser nacional, passando a ser reconhecido internacionalmente. É a referência da ances-

tralidade religiosa da matriz africana, que Aleluia se constituiu, neste momento de dificuldades que a humanidade vem enfrentando com a pandemia da corona vírus. Acredito que *Olorum* seja um mantra de esperanças para superarmos este momento complicado¹⁷.

Notas de fim

1. (VERGER, Pierre. Notícias d Bahia – 1850. Salvador: Corrupio. 1981, p. 49)
2. (PEREIRA, Manoel Passos Rocha. Política e Cultura Popular na Bahia – 1820 a 1823: nas origens do Estado Brasileiro; Porto: Universidade do Porto, 2018, p. 55)
3. (Idem, pp. 57-60)
4. (SANCHES, Pedro Alexandre. Mateus Aleluia, voz dos recuados. São Paulo: fafrofafá, 2016. <http://farofafa.cartacapital.com.br/2016/06/08/mateus-aleluia-voz-dos->, p. 4)
5. (SANCHES, 2016, p. 3)
6. (SANCHES, 2016, p. 4)
7. (PINHO, Patricia de Santana. Reinvenções da África na Bahia; São Paulo: Annablume, 2004, p. 33)
8. (SANCHES, 2016, p. p. 5 e 6)
9. (Correio da Bahia, 7 de novembro de 2003)
10. (REIS, 2017, p. 123)
11. https://pt.wikipedia.org/wiki/Independência_de_Angola
12. 13 (SANCHES, 2016, p. 9)
13. (idem, p.9)
14. (SANCHES, 2016, p. 12)
15. (FERREIRA, 2017)
16. (SANCHES, 2016, p. 20)
17. (<http://www.elcabong.com.br/mateus-aleluia-entra-nas-paradas-de-rádios-mudias/> passim, acesso em 17 de setembro de 2020)

Os caboclos do 25 de Junho e do 2 de julho

Os caboclos estão presentes no panteão religioso brasileiro, como seres encantados, em que misturam elementos da natureza dos gentílicos nativos, dos ancestrais religiosos africanos e do espiritismo europeu. Etnologicamente é a mestiçagem do branco com o índio, ou vice-versa. Mas pode ser também definido em algumas partes do Brasil, como caipira, sertanejo, ou mesmo como índio. Portanto, a grosso modo, podemos interpretar o caboclo, como um ser genuinamente brasileiro.

O início da guerra da independência do Brasil na Bahia, ocorreu precisamente no dia 25 de junho de 1822, na antiga Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, hoje município da Cachoeira. Esta guerra foi finalizada no dia 2 de julho de 1823, com a expulsão dos portugueses, na cidade do Salvador, pelo Exército Libertador. Todos os anos são comemorados nos dias 25 de junho e 2 de julho, respectivamente em Cachoeira e Salvador, sendo conduzido o cortejo pelos caboclos e caboclas.

O simbolismo do caboclo não é manipulado por nenhuma classe, mesmo a elite branca que não para de tentar, mas perdeu o controle. O caboclo simboliza o caipira livre, cujo símbolo está veiculado ao povo

oprimido, que durante as comemorações, seja em Cachoeira ou Salvador, procura expressar os processos de libertação étnica ou de classe social.

As celebrações em Cachoeira começaram a ocorrer 10 anos depois do início da guerra pela independência do Brasil, Pedro Celestino da Silva, na sua relevante obra, «A Cachoeira e seu município – Escorço físico, político, econômico e administrativo», publicado na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, número 64, em 1938, registra o surgimento destas manifestações no ano de 1832, período de radicalização do movimento Mata Maroto¹. Por toda cidade fervilhava uma espécie de euforia festiva, muita alegria e motivo de júbilo. As comemorações começavam à meia noite do dia 1º de junho, quando era colocada a bandeira do Brasil numa coluna devidamente construída e decorada com folhas ao seu redor, que era conduzido até o final da antiga Rua da Feira, perto dos Três Riachos, com a participação maciça do povo, tendo a frente a comissão organizadora. Popularmente a coluna era chamada de «Pau da Bandeira», mas a turma da esculhambação passou a denominá-lo de «Pau Cabeludo», numa alusão fálica a dita coluna.

A cidade era completamente envolvida por uma energia festiva, que contagiava todas as pessoas, em todas as casas, ruas e praças,

De distância em distância parava o préstito, recebendo pelas ruas apinhadas de povo estrepitosas ovações, enquanto oradores e poetas das janelas das casas recitavam bonitas poesias patrióticas e inflamadas alocações alusivas à grandiosa data.

Destacava-se ainda no préstito o carro emblemático do 25 de junho, que então oferecia cuidadosa decoração, o que dava especto sedutor à ereta e garbosa figura do Caboclo, suplantando o despotismo em forma de dragão.

À noite, havia sempre bailes em casas particulares, animados e concorridíssimos; e espetáculos de gala em teatros improvisados onde eram representados dramas escolhidos sobre assuntos

*nacionais.*ⁱⁱ

O Caboclo é pertencente à cidade da Cachoeira, enquanto a Cabocla é do município de São Félix, todos os anos a Cabocla atravessa a ponte D. Pedro II para participar das comemorações do 25 de junho, pois esta cidade teve uma participação ativa neste episódio histórico, quando ainda era um distrito pertencente à Cachoeira. Assim como também, todos os anos o Caboclo atravessa esta ponte para participar das celebrações do 2 de julho na vizinha cidade de São Félix. Não sabemos quando foram introduzidos os Caboclos nestes festejos no Recôncavo baiano, mas Pedro Celestino, encontrou registro no ano de 1832ⁱⁱⁱ. As celebrações começam no dia 1º de junho com a levada do Pau da Bandeira à Ponta da Calçada. No dia 24 de junho as 09H00 da manhã, o Caboclo sai da entrada da Câmara de Vereadores, onde fica guardado, para o Caquende, onde é exposto num barracão. Às 19H00, o Caboclo sai do Caquende em direção à Ponta da Calçada, neste trajeto, as 19H30 ocorre o encontro do Caboclo com a Cabocla na Boca da Ponte D. Pedro II, no lado da cidade de Cachoeira, assim segue seu curso até a Ponta da Calçada. No aclamado dia 25 de junho, a cidade amanhece com uma salva de tiros, as 06H00 da manhã. As 08H00 ocorre o hasteamento das bandeiras do Brasil, da Bahia e de Cachoeira, em frente a Câmara de Vereadores no Paço Municipal. Meia hora depois, ocorre o solene *Te Deum* na Igreja da Matriz de Nossa Senhora do Rosário. Em seguida, as 10H00, acontece a sessão solene na Câmara de Vereadores e ao 15H00 acontece o imponente desfile Cívico, com participação dos Caboclos, das autoridades, filarmônicas fanfarras de colégios e escolas da cidade e regiões circumvizinhas. No dia 27 de junho, as 19H00 verifica-se a condução do Caboclo e da Cabocla para São Félix, com a participação das filarmônicas Lira Ceciliana e Minerva Cachoeirana. E finalmente no dia 2 de julho, a noite ocorre o retorno do Caboclo para Cachoeira com o acompanhamento da Filarmônica União São-felista. Importante perceber que os Caboclos, tanto no 25 de junho, quanto no 2 de julho, promovem a união entre os moradores

de São Félix e Cachoeira, abortando quaisquer pseudo-rivalidades.

As comemorações em Salvador, começaram logo no ano seguinte à entrada do Exército Pacificador na Cidade no memorável 2 de julho de 1823, no caso, 1824. Os patriotas baianos resolveram comemorar a expulsão dos portugueses, com o cortejo saindo da Lapinha até o Terreiro de Jesus, utilizando na frente, uma carroça que fora tomada dos lusitanos, na batalha do Pirajá, decorada com galhos de pé de café, de fumo, de cana-de-açúcar, com um ancião descendente de índio, posta-do nela^{iv}. Desde sua origem, nas comemorações sempre prevaleceram a alegria e a irreverência dos seus participantes. Já no ano de 1826, os entusiastas patriotas, encomendaram ao escultor Manoel Ignácio da Costa, um carro alegórico com os elementos representativos da brasilidade. O ufanista artista cumpriu a execução da obra, utilizando ainda as rodas da carroça confiscada dos portugueses, nos combates em Pirajá, cujo resultado deste trabalho manteve-se até à atualidade. Verger descreve,

O caboclo ornamentado de penas e armado de um arco e flexa simboliza o Brasil livre, pisando sobre a tirania representada pela serpente sufocada debaixo dos pés do índio. Com a mão direita finca o animal no chão e com a esquerda levanta galhardamente o estandarte nacional. A serpente rodeada de troféus de guerra com os quais foi vencida, clarins, fuzis, espadas e bolas de canhão.^v

A maneira dos baianos festejarem o 2 de julho, no início das comemorações, era um tanto tumultuada, as casas comerciais dos portugueses eram saqueadas, fossem eles já naturalizados ou não, pois além dos saques, os lusitanos eram espancados e humilhados nos espaços públicos, no movimento que ficou conhecido como «Mata Maroto». Foi um movimento de lusofobia em que predominava um sentimento de ressentimento, em que os baianos culpavam os portugueses por todos os males.^{vi} Em abril de 1831, ocorreram os mais dramáticos e descontrolado incidentes em Salvador, atingindo as vilas de Cachoeira

e Santo Amaro.^{vii}

Mas foi a partir de 1846 que o carro do caboclo ganhou a companhia da cabocla, uma homenagem a Catarina Paraguaçu, esposa do náufrago Diogo Álvares Correia. O tenente general José de Souza Soares de Andrea, Presidente das Armas da Província da Bahia, que não considerou conveniente o desfile do Caboclo sozinho, que verdade a intenção seria a de eliminar o Caboclo, introduzindo a Cabocla no seu lugar, que, no entanto, o povo não aceitou sua eliminação. A solução encontrada foi o desfile do casal de Caboclos^{viii}. Jocélio Teles dos Santos descreve,

O carro da Cabocla, semelhante ao do Caboclo, é feito de madeira e possui a estátua de uma índia esbelta e ereta, com colares no pescoço, segurando numa mão a bandeira brasileira e na outra um emblema, onde está escrito “Independência ou Morte”.^{ix}

Os Caboclos são interpretados pelo povo de santo, como entidades míticas dos encantados, no panteão dos terreiros de candomblés que cultuam estes seres sagrados. Quando os Caboclos fazem o percurso do desfile cívico, em que saem da Lapinha e chegam na Praça da Sé, onde ficam estacionados em um barracão, o povo de santo fica reverenciando as imagens dos Caboclos, assim como também promovem festas em homenagem aos donos da terra^x. Nos «carros triunfais», eles depositam oferendas aos Caboclos, com pipocas, farofas de azeite de dedê, acarajés, charutos, milho cozidos, feijão com azeite, velas coloridas, açaás etc. Que depois dos festejos, dava um certo trabalho para o IGHBa. fazer a limpeza destes carros^{xi}. Hoje a vigilância é severa, para evitar que coloquem materiais de culto sagrado nos respectivos carros.

As comemorações das lutas que levaram à independência do Brasil na Bahia, espalharam-se pelo Recôncavo baiano tão rápido quanto um rastilho de pólvora. A intensidade do sentimento de independência, levou a radicalização ao expressar o ódio pelos portugueses ainda resi-

dentes na Bahia, movimento que ficou conhecido como mata maroto, que atingiu o ápice entre 1829 e 1831^{xii}. As euforias durante as comemorações levavam alguns proprietários de escravos a libertar alguns, principalmente menores, como ocorreu em Cachoeira em 1870, na libertação de criança de 4 anos^{xiii}.

Em plena campanha abolicionista no século XIX, os caboclos eram interpretados como símbolos da libertação, Wlamyra Albuquerque na dissertação «O civismo festivo na Bahia», esclarece,

Tanto para os abolicionistas quanto para os escravos os caboclos simbolizavam a liberdade. Se no começo do século XIX, os negros carregaram os caboclos para celebrar a libertação do Brasil do domínio português, em 1888 levaram-nos as ruas para comemorar a conquista da sua própria emancipação.^{xiv}

Os Caboclos simbolizavam tanto o sentimento cívico, que culminou com a independência do Brasil, quanto sentimento religioso que cultuavam os seres encantados, Albuquerque ajuda a entender esta sincronia,

(...) Em suma, é possível que as comemorações do Dois de Julho nos bairros, ao mesmo tempo que rememoravam um fato histórico, fossem revestidas de um sentido mágico, de sacralidade bem a moda da complexa religiosidade dos baianos.^{xv}

Notas de fim

- i. (SILVA, Pedro Celestino da. A Cachoeira e seu município – Escorço físico, político, econômico e administrativo, Salvador: IGHBa.,1932)
- ii. (Idem, p.110)
- iii. (vide nota 1)
- iv. (Verge, Pierre. Notícias da Bahia – 1850, Salvador: Ed. Corrupio, Funceb, 1981, pp. 109 – 111)
- v. (Idem, pp.401 e 402)

- vi. (SANTOS, Jocélio Teles dos. O Dono da Terra: o Caboclo nos candomblés da Bahia. Salvador: SarahLetras, 1995, p.32; TAVARES, Luis Herique Dias, História da Bahia, São Paulo: UNESP e Salvador: EDUFBA, 2001)
- vii. (TAVARES, p.260)
- viii. (Idem, p.32)
- ix. (Ibidem, p.34)
- x. (SANTOS, p.49)
- xi. (Idem, pp.45 e 46)
- xii. (TAVARES, p.260)
- xiii. (SANTOS, p.40)
- xiv. (ALBUQUERQUE, Vlamyra. O civismo festivo na Bahia: Comemorações públicas do Dois de Julho (1889 / 1923), Salvador: UFBA., 1997)
- xv. (Idem, p.91)

Cachoeira, território de libertação

O dia 24 de agosto de 1820 foi um dia significativo para o desenrolar do processo que levou o Brasil a se separar de Portugal, ou seja, uma bomba que acendeu em 25 de junho de 1822, em Cachoeira, e que viria explodir no dia 2 de julho de 1823, quando as tropas e um contingente considerável de portugueses abandonaram a Província da Bahia e voltaram para sua terra natal. A Revolução Vintista representou a queda do Absolutismo Monárquico e o surgimento do liberalismo como um novo modelo de governança. É importante entender o que foi e o que representou o Vintismo neste momento em Portugal, pois esta Revolução se caracterizou como um movimento constitucional que derrubou o absolutismo monárquico, manteve a monarquia com a realeza da família de Bragança e criou as Cortes, que eram uma espécie de parlamento que governava acima dos poderes de El-Rei, cujos deputados assumiram as novas ações executivas do Estado português. Foi um momento de transição em que o capitalismo industrial passou a prevalecer e a classe dominante da burguesia a controlar o poder, colocando o absolutismo monárquico em questão, gerando uma crise ao sistema mercantil .

Enquanto os liberais baianos tentavam criar um vínculo efetivo com o movimento constitucional vintista, os portugueses militares e comerciantes residentes na cidade de Salvador conspiravam entre si e com as Cortes de Lisboa, para retomarem a hegemonia política e econômica do Brasil, como fora antes de 1808, ou seja, voltar o território americano à condição de colônia. Nesta altura dos acontecimentos, os fatos demonstraram que não havia nenhuma solidariedade ou vínculo ideológico entre os liberais lusitanos e americanos. As Cortes depois de conseguirem que D. João VI retornasse a Portugal, no que concernia ao Brasil, passaram a agir de forma escancaradamente colonizadora, acentuando o descontentamento dos brasileiros às ações e decretos vindos de Lisboa. O ambiente entre os deputados brasileiros e portugueses no Congresso também desencadeou diálogo de muitas tensões e agressões mútuas. Os pelotões portugueses, eram em geral compostos por militares veteranos da guerra peninsular, que agiam como se fossem superiores por natureza, pois consideravam os brasileiros como inferiores, o fragor entre os dois povos, estabeleceu-se nas ruas de Salvador.

As tensões entre baianos e portugueses evidenciaram-se mais com a chegada no porto de Salvador, do navio Danúbio em 11 de fevereiro de 1822, que trouxe a preocupante notícia de ter sido nomeado governador das armas da província o brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, em substituição do brasileiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães. No dia 15 de fevereiro aportou o navio Correio Leopoldina, confirmando o que já havia se espalhado entre os baianos, trouxe uma Carta Régia de 9 de dezembro de 1821 que nomeava o brigadeiro Madeira de Melo governador das armas da província da Bahia.

A disputa pelo cargo de Governador das Armas da Província da Bahia entre os brigadeiros Manoel Pedro de Freitas Guimarães e Luís Inácio de Madeira de Melo, assume uma proporção assustadora, dividindo os batalhões militares em pró-brasileiros e pró-portugueses. Isto também se refletiu no caleidoscópio da sociedade civil, que foram

plasmando posições de forma incivilizada e violenta, pois as forças das armas passaram a ser a única alternativa para viabilizar a vitória de suas respectivas convicções. O posto de Governador das Armas poderia determinar o exercício pleno do poder de quem o exercesse, ou seja, poderia definir o destino da província da Bahia e em consequência do Brasil.

Os dois principais personagens que se engalfinharam pela posse do posto de Governador das Armas da Província da Bahia, representaram os dois lados políticos existentes nesta conjuntura de transição, com a queda do Antigo Regime e a assunção do Vintismo em Portugal e suas consequências no Brasil, particularmente na Bahia. O brigadeiro Luís Inácio de Melo representava as Cortes de Lisboa com seus aliados militares, caixeiros e comerciantes; enquanto Manoel Pedro de Freitas Guimarães assumia os anseios dos nativos quanto ao futuro imediato da província.

Com a tomada do poder pelo brigadeiro Madeira de Melo, Salvador transformou-se em um campo de guerra, em face do comportamento violento das tropas lusitanas, perante a população soteropolitana. Ocasionalmente a fuga da maioria dos militares baianos para as vilas do Recôncavo, como único subterfúgio.

O cenário da Bahia era de desespero nos dois lados, seja dos baianos ou dos portugueses. Enquanto a cidade do Salvador estava ocupada pelas tropas comandadas pelo brigadeiro Madeira de Melo, as vilas do Recôncavo recebiam um contingente de militares e civis descontentes com a situação de arbítrio em que se encontrava a capital baiana. Os grandes proprietários de terras, escravos e engenhos se empenhavam em inventariar homens, reunir armas e criar condições para mantê-los. Era inseguro habitar em Salvador para quem era natural da terra, pois, não se encontravam garantias de segurança, por isso, um número considerável famílias e pessoas alimentaram o êxodo para o Recôncavo. Neste contexto, estava difícil ficar em Salvador, os portugueses se apos-

saram desta cidade tornando-a um ambiente extremamente inseguro para morar, precipuamente para os nativos. Após os conflitos de 19 de fevereiro, retiraram-se para as vilas do Recôncavo muitos oficiais e soldados, além de inúmeras famílias de baianos, construindo discursos e eventuais ações pelo interior da província, de fomento ao ódio e de combate aos lusitanos. Os baianos que eram adeptos da causa brasileira, ou até mesmo quem não manifestava simpatia ao partido português, eram alvos de insultos dos militares ou comerciantes portugueses. A alternativa eram as vilas do Recôncavo como locais seguros, principalmente da elite, que concentravam suas fortunas nos engenhos de açúcar e suas fazendas aparelhadas de trabalhadores escravos, onde se produziam os gêneros de exportação e de primeira necessidade.

Salvador sempre foi cidade litorânea, portuária e atlântica até meados do século XX, que só se comunicava através do mar. As principais estradas que davam acesso ao interior da nação ficavam na estratégica Vila de Nossa Senhora de Rosário do Porto da Cachoeira, que para poder utilizá-la era necessário subir o Rio Paraguaçu até o distrito sede da vila. André João Antonil em seu clássico livro, *Cultura e Opulência do Brasil*, definia o roteiro do caminho da Bahia para as Minas do Rio Velho, partindo da antiga vila da Cachoeira, ainda no século XVIII. Eram três estradas, a de Muritiba que se chagava ao sertão daí para Minas Gerais e Goiás, a de Belém que ligava Cachoeira a parte sul da província e a do Capueiruçu que ia até o Piauí.

É importante compreender a importância que tinha a vila da Cachoeira para a província da Bahia, por isso, que se concentrou um número considerável de pessoas oriundas da capital da província, que chegaram no êxodo provocado pela ocupação de Salvador pelos portugueses. Uma boa parte dos militares que chegaram à Cachoeira eram ricos proprietários de terras, engenhos e comerciantes. Após ter se apossado de Salvador, a tática do brigadeiro Madeira de Melo passou a ser exclusivamente defensiva, exceto em duas ocasiões, que teve

uns impulsos ofensivos, numa tentativa de ocupar a ilha de Itaparica e outra em uma pequena, mas notável batalha na vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira.

O brigadeiro lusitano Madeira de Melo, advertido acerca dos movimentos insurrecionais que estavam ocorrendo na vila da Cachoeira, mandou uma barca canhoneira subir o Rio Paraguaçu e estacionar em frente à vila afim de observar criteriosamente qualquer ação desafiadora dos cachoeiranos, desde o dia 9 de junho daquele ano que os lusitanos ficaram vigiando os baianos.

Os nativos baianos se reuniram na Praça da Regeneração para aclamar D. Pedro como príncipe Regente do Brasil, na Câmara de vereadores desta vila. As 9 horas deste dia 25 de junho, após a aclamação de D. Pedro, houve o Te Deum na Igreja da Matriz, a poucos metros da Câmara de Vereadores, o povo com o entusiasmo deste ato, passaram a comemorar dando vivas ao Regente e tiros de festim para o alto. A Canhoneira que estava ancorada em frente da Praça de Regeneração, ao ouvirem os tiros de festim das comemorações do Te Deum na Igreja da Matriz, só poderiam ter imaginado que estivessem sendo atacados pelos nativos, responderam imediatamente com tiros de canhão em direção aos festivos habitantes da vila. Houve uma dispersão geral do povo, enquanto alguns militares se entrincheiraram ao longo das margens do Rio Paraguaçu e reagiram em forma de guerrilha. O mesmo ocorreu do outro lado do rio, no distrito de São Félix, onde fora formada trincheiras de milicianos que passaram a atirar com fuzis em direção à barca lusitana.

No primeiro dia da batalha houve somente uma baixa do lado dos baianos, que fora o Tambor-mor José da Silva Soledade, reconhecido como mártir deste histórico episódio. Esta batalha durou três dias de intenso fogo, só no dia 28 de junho que o comandante da embarcação portuguesa ordenou a subida de uma bandeira branca no mastro, reconhecendo a sua derrota, pois nem teve a possibilidade de fuga, em face

da maré estar baixa e o rio por consequência não facilitar a navegação, deixando a barca presa no meio do rio. A velha peça de artilharia que os cachoeiranos contavam, fez um grande estrago no costado da canhoneira, comprometendo sua autonomia. Os marinheiros que ainda se encontravam vivos se renderam e foram capturados e aprisionados pelos milicianos nativos através de algumas canoas. A força miliciana dos brasileiros não contava com profissionais que tivessem experiência em guerras e muito menos com armas e equipamentos bélicos. Para suprir esta deficiência os baianos recorreram à criatividade para poder alimentar a guerra. Trouxeram uma peça bélica de um engenho de açúcar, denominada de ‘vai e vem’, que lançava pedras e pequenos pedaços de ferros na embarcação lusitana. Esta primeira batalha nas margens do Rio Paraguaçu na Vila da Cachoeira, serviu como uma espécie de laboratório para inventar armas e táticas de guerra, portanto, foi necessário improvisar armas e táticas no início do conflito.

Com a vitória dos baianos nas margens do Rio Paraguaçu na vila da Cachoeira, as demais vilas do Recôncavo passaram a aderir a causa independentista, ocasionando a união destas vilas com criação de um governo provisório com sede em Cachoeira.

O Recôncavo tornou-se uma unidade do partido brasileiro, as vilas passaram a aderir a causa da independência, portanto, a guerra estava em curso. Daí percebe-se a partir da vila de Maragojipe, o alinhamento das vilas do Recôncavo à causa da separação de Portugal. Em seguida a Junta Interina Conciliatória e de Defesa da Cachoeira, enviou cartas às Câmaras de Santo Amaro, São Francisco do Conde e Inhambupe com o mesmo teor da que fora para Maragojipe. As adesões das vilas foram se formalizando, e por consequência fortalecendo o governo paralelo da Cachoeira, que na verdade transformou-se na capital da rebeldia, capital da liberdade, em suma, na capital da libertação. É de conceber-se que esta batalha foi fundamental para o início da guerra que durou um ano, e a sua consequente finalização no dia 2 de julho

de 1823, na volta dos portugueses para Europa e a triunfal entrada do exército libertador em Salvador. Sem bairrismo ou corporativismo, o Brasil tem esta saudável dívida com Cachoeira, de ter proporcionado a consolidação do Estado Brasileiro, que deu origem a nação.

A vitória dos baianos nas margens do Rio Paraguaçu, em frente à vila da Cachoeira, favoreceu o surgimento de diversos pelotões patrióticos e a união das vilas do Recôncavo, com a criação de um governo rebelde paralelo ao da capital da província, que viria robustecer o projeto da classe dominante baiana de apoiar a Regência do Príncipe no Rio de Janeiro. As Cortes fluminenses procuravam fortalecer as deficiências que os dirigentes da província da Bahia demonstravam. Por isso, o príncipe Regente contratou alguns mercenários, com experiência militar, para ajudar a organizar tanto o Exército quanto a Marinha brasileira, a fim de assegurar a unidade territorial do Brasil. Destes profissionais contratados, dois deles foram fundamentais para a arrumação das forças baianas, o general Pierre Labatut e o almirante Lord Cochrane. Foi Labatut que assumiu o posto de comandante geral das forças brasileiras. Foi através dele que fora instituído no exército brasileiro, a disciplina e a ordem, através de duros castigos para quem fugisse às regras ditadas pela nova corporação. Também conseguiu junto com seu comando militar e o Governo Provisório da vila da Cachoeira, planejar estratégias militares que levaram a grandes vitórias, como o bloqueio da Baía de Todos os Santos e o cerco final à cidade do Salvador. Mesmo sofrendo acusações de ter sido muito severo, ou até mesmo bárbaro, por não admitir nenhuma transgressão às suas ordens, de ter formado pelotões de negros libertos e escravos, mesmo tendo sido negado a permissão pelas Câmaras de Vereadores das vilas do Recôncavo e pelos proprietários de engenhos e escravos, de ter ordenado fuzilamentos de alguns militares, sua contribuição à causa brasileira foi fundamental para o processo da vitória baiana.

Hoje o 25 junho é considerado a data magna da Cachoeira, sen-

do comemorada todos os anos com desfile cívico, semelhante às comemorações do 2 de julho em Salvador, com a participação dos caboclos, filarmônicas, fanfarras das escolas e de toda a comunidade. Atendendo o clamor popular da população cachoeirana, a então deputada estadual Lídice da Mata, apresentou o Projeto de Lei nº 11.783/99, que transfere neste dia a capital da Bahia para Cachoeira, em reconhecimento a esta data como Patrimônio Cultural Intangível da Bahia. Este projeto foi sancionado pelo governador Jaques Wagner, disposto na Lei nº 10.695, em 24 de setembro de 2007, reconhecendo este importante episódio que influenciou a formação do Estado Brasileiro.

Notas de fim

- 1 (CAVALCANTE, Z. O processo de Independência na Bahia. In: MOTA, C. G. 1823, Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 233).
- 2 (Diário das Cortes, sessão de 27 de junho de 1822, p.597).
- 3 (AMARAL, B. D. História da Independência na Bahia. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957, p. 43; TAVARES, Luís Henrique Dias. História da Bahia. Salvador: UFBA, 1974, p. 176)
- 4 (Diário das Cortes, nº 188, de 29 de setembro de 1821, pp. 2463-2465)
- 5 (TAVARES, 1977, p. 63)
- 6 (AMARAL B. , 1957, p. 152)
- 7 (idem, p.153)
- 8 (ANTONIL, João André. Cultura e Opulência do Brasil. Salvador: P55 Edições, 2013, p.245)
- 9 (FILHO, A. S. Evolução urbana de Cachoeira - Séculos XIX e XX. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1979, p. 20; e TEIXEIRA, C. Caminhos - Estradas - Rodovias da Bahia: notas para a história. Salvador: Sindusco/ Ba, 1998, p. 44)
- 10 (REBOUÇAS, A. P. Recordações patrióticas (1821-1838). Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filho, 1979, p. 53)
- 11 (PEREIRA, Manoel Passos Rocha. Política e Cultura Popular na Bahia – 1820 a 1923: nas origens do Estado Brasileiro. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2018, p. 57)
- 12 (REBOUÇAS, 1979, p. 47)
- 13 (PORTO FILHO, Ubaldo. D. & CARVALHO JÚNIOR, Álvaro. P. 2 de Julho: Independência da Bahia e do Brasil. Salvador: Casa de Cultura Carolina Taboada,

2015, p. 62)

14 (MELLO, F.J. História da Cidade da Cachoeira. Salvador: Radami, 2001, p. 54)

15 (REBOUÇAS, 1979, p. 63)

16 (PORTO FILHO & CARVALHO JÚNIOR, 2015, p. 65)

17 (REBOUÇAS, 1979, p. 60; «Em armamento faltava artilharia, e esta se reduziu à aquisição de uma velha peça de ferro, que para servir foi desenferrujada a fogo.»)

18 (AMARAL B, 1957, p. 290)

19 (PEREIRA, 2018, p. 61 e 62)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Secundárias

ALBUQUERQUE, Vlamyra. O civismo festivo na Bahia: *Comemorações públicas do Dois de Julho (1889 / 1923)*, Salvador: UFBA., 1997.

AMARAL, B. D. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

ANTONIL, João André. *Cultura e Opulência do Brasil*. Salvador: P55 Edições, 2013.

ARENDDT, Hannah. *O Conceito de História: antigo e moderno*.

AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: estudo de ascensão social e classes sociais e grupos de prestígio*; Salvador: Edufba; 1996.

BRAGA, Júlio Santana. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*, Salvador: Ianamá; 1987.

CABRAL, Clara Bertrand. *A Convenção da UNESCO: Inventários e Salvaguarda*. Comissão Nacional da UNESCO.

Cadernos do Ipac, 2. Festa da Boa Morte. 2ª edição Revisada e ampliada. Salvador: Ipac; 2011.

CAVALCANTE, Z. *O processo de Independência na Bahia*. In: MOTA, C. G. 1822, *Dimensões*. São Paulo: Perspectiva,

Estatuto da Irmandade da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira.

FENELON, Dea Ribeiro, *50 textos de história do Brasil*, São Paulo: Hucitec, 1974.

FILHO, A. S. *Evolução urbana de Cachoeira - Séculos XIX e XX*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1979.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*; São Paulo: Editora Ática; 1988.

HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementares do Materialismo Histórico*, São Paulo: Global Editora, 1983.

JUCÁ, Joselice. *André Rebouças: reforma & utopia no contexto do segundo império: quem possui a terra possui o Homem*, Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*; São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

MELLO, F. J. *História da Cidade da Cachoeira*. Salvador: Radami, 2001.

MELO, Veríssimo de. *As confrarias de N. Sra. do Rosário como reação contra-aculturativa dos negros*; citado na obra citada de Braga.

NASCIMENTO, Luiz Cláudio. *O Candomblé na Boa Morte*; Cachoeira: Fundação Maria América da Cruz; 1999.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. *O liberto e seu mundo e os outros*; Salvador: Corrupio; 1991.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*, São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Pedro Celestino da. *A Cachoeira e seu município – Escorço físico, político, econômico e administrativo*, Salvador: IGHBa.,1932.

PEREIRA, Manoel Passos Rocha. *Política e Cultura Popular na Bahia – 1820 a 1823: nas origens do Estado Brasileiro*, Porto: Faculdade de Letras, 2018.

PINHO, Patricia de Santana. *Reinvenções da África na Bahia*; São Paulo: Annablume, 2004.

PONTE, António e CENTENO, Rui. *Os Museus Universitários do Porto e a sua Integração no Turismo Cultural da Cidade*; Porto: Universidade do Porto; 2013.

PORTO FILHO, Ubaldo. D. & CARVALHO JÚNIOR, Álvaro. *P. 2 de Julho: Independência da Bahia e do Brasil*. Salvador: Casa de Cultura Carolina Taboada, 2015.

REBOUÇAS, A. P. *Recordações patrióticas (1821-1838)*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filho, 1979.

REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e Revolta popular no Brasil do século XIX*; São Paulo: Companhia das Letras; 1991.

_____. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, Edição Revista e Ampliada, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c.1822 – c.1853)*// João José Reis, Flávio dos Santos Gomes, Marcus J. M. de Carvalho. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SANCHES, Pedro Alexandre. *Mateus Aleluia, voz dos recuados*. São Paulo: fafrofafa, 2016. <http://farofafa.cartacapital.com.br/2016/06/08/mateus-aleluia-voz-dos->.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *O Dono da Terra: o Caboclo nos candomblés da Bahia*. Salvador: SarahLetras, 1995.

SELKA, Stephen. *The sisterhood of Boa Morte in Brazil: Harmonious Mixture, Black Resistance, and the Politics of Religious Practice*; in: *Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, vol. 13, pp. 79 – 114; 2008.

SILVA, Pedro Celestino da. *A Cachoeira e seu município – Escorço físico, político, econômico e administrativo*, Salvador: IGHBa.,1932

SILVEIRA, Renato da. *Pragmatismo e Milagre da Fé*; In: REIS, João José.: São Paulo: Brasiliense; 1988.

Festa da Boa Morte atrai turistas ao Recôncavo Baiano. Salvador, 12 ago. 2016. Disponível em: <http://www.setur.ba.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=393>. Acesso em: 5 dez. 2020.

(<http://www.elcabong.com.br/mateus-aleluia-entra-nas-paradas-de-rádios-mudias/passim>, acesso em 17 de setembro de 2020)

TAVARES, Luis Henrique Dias, *História da Bahia*, São Paulo: UNESP e Salvaor: EDUFBA, 2001.

TEIXEIRA, C. *Caminhos - Estradas - Rodovias da Bahia: notas para a história*. Salvador: Sindusco/ Ba, 1998.

VERGER, Pierre. *Notícias d Bahia – 1850*. Salvador: Corrupio. 1981, p. 49

Fontes Primárias

Correio da Bahia, 7 de novembro de 2003.

Depoimento da irmã D. Narcisa Cândida Conceição (Mãe Filinha). Entrevista realizada por Manoel Passos Pereira em 1º de agosto de 1987.

Depoimento da Juíza perpétua D. Estelita de Souza Santana. Entrevista realizada por Manoel Passos Pereira em 2 de agosto de 1987.

Depoimento de Marcelino Gomes de Jesus. Entrevista realizada por Manoel Passos Pereira em 8 de setembro de 1987.

Diário das Cortes, sessão de 27 de junho de 1822, p.597

Sobre o autor

Manoel Passos Pereira é baiano, natural de Cachoeira, Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH-UFBA); Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade de Educação da Bahia; e Mestre em História e Patrimônio pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), em Portugal. Lecionou na Faculdade de Turismo da Bahia (Factor), de 1989 a 1995, e na Universidade Federal da Bahia (UFBA), no curso de História, durante os anos de 1995, 1998 e 1999. Trabalhou na Fundação Cultural da Estado da Bahia (Funceb) como especialista cultural e na Secretaria de Turismo como assessor especial do gabinete do secretário, de 2007 a 2012. Ainda estudante, criou o Cineclubes Terra em Transe na cidade de Cachoeira, e organizou o Encontro de Cineclubes da Região Nordeste. Fez alguns trabalhos profissionais para a TV Aratu: em 2000, criou o argumento de oito types sobre personagens históricos baianos em comemoração aos 500 anos do Brasil; em 2001, elaborou o argumento e a pesquisa de um documentário sobre o Carnaval da Bahia; em 2003, elaborou o argumento e realizou a pesquisa do documentário sobre mosteiros e conventos da Bahia. Em 2004,

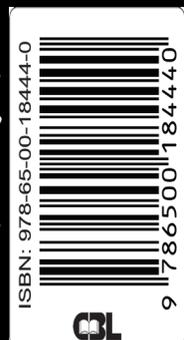
realizou, para a TVE da Bahia, a pesquisa e o argumento do documentário *Gaiaku Luiza: força e margia dos voduns*, sobre a mãe de santo do candomblé jeje. Dirigiu o videoclipe *A Cara da Cultura*, em homenagem aos 30 anos da Funceb em 2004. Fez as pesquisas e a produção do documentário *Casa de Santo*, sobre a religiosidade dos afro-descendentes de Maragojipe, em 2005. Em 2006, elaborou o roteiro do documentário *Verás que um filho teu não foge à luta*, sobre o movimento sindical baiano. Ainda no final de 2006, fez o argumento, roteiro, pesquisa e direção do documentário *Santo Amaro: encruzilhada cultural do Recôncavo*. Em 2012, elaborou o argumento, roteiro e direção do documentário sobre a saga de Antônio Conselheiro, a série *Ecos do Sertão de Canudos*, com os seguintes filmes: *Tróia de Taipa*; *A Guerra*; *O Canto do Sol*; *Bendegó, a pedra que caiu do céu*; *Economia Sertaneja*; *Turismo do Sertão*; e *Seu Ademar*.

Manoel Passos Rocha Pereira é baiano de Cachoeira, bacharel em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia; especialista em Metodologia do Ensino Superior, pela Faculdade de Educação da Bahia; mestre em História e Patrimônio, pela Faculdade de Letras, da Universidade do Porto – Portugal.



Publicou os seguintes trabalhos:

- Rio Vermelho (trabalho em equipe na Funceb), Funceb / Empresa Gráfica da Bahia, 1984.
- História do Bairro de Nazaré: uma experiência participativa em Salvador, Factur / Funceb, 1994.
- Nós e a Polícia (Contos e Crônicas), BDA, 1995.
- Organização, correção e atualização do livro: Memória Topográfica, Histórica, Comercial e Política da Vila da Cachoeira da Província da Bahia, de José Joaquim de Almeida Arnizáu, Fundação Maria América da Cruz, 1998.
- Anais do II Encontro de História Oral da Região Nordeste. Artigo publicado: Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte: fé, história e graça, UNEB, 2000.
- Reflexões Filosóficas de Calixto (Contos e Crônicas), Fundação Pedro Calmon, 2013.



Apoio financeiro:



SECRETARIA
DE CULTURA

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO

